

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA

**A organização repressiva da sociedade industrial avançada à luz da teoria
de Herbert Marcuse**

Amanda Lúcia Bráulio Nunes

Uberlândia

2021

Amanda Lúcia Bráulio Nunes

A organização repressiva da sociedade industrial avançada à luz da teoria de
Herbert Marcuse

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Filosofia da UFU como requisito
parcial para a conclusão do curso de Graduação
em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Cordeiro Silva

Uberlândia

2021

AMANDA LÚCIA BRÁULIO NUNES

**A ORGANIZAÇÃO REPRESSIVA DA SOCIEDADE INDUSTRIAL
AVANÇADA À LUZ DA TEORIA DE HERBERT MARCUSE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel e Licenciatura em Filosofia pelo
Instituto de Filosofia da Universidade Federal
de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr.
Rafael Cordeiro Silva

Uberlândia, 16 de junho de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Cordeiro Silva (UFU)

Prof^a. Dr^a. Ana Paula de Ávila Gomide (UFU)

Versão corrigida para publicação

RESUMO

A organização da sociedade industrial avançada é o objeto de estudo deste trabalho. O objetivo principal é compreender a forma como essa sociedade se organiza e o que leva Herbert Marcuse a afirmar que ela é uma sociedade repressiva. A investigação parte do entendimento do conceito de capitalismo, tendo em vista que o autor defende que os fundamentos deste sistema econômico determinam as bases da estrutura social e política desta sociedade e, também, a esfera privada da vida humana. Em seguida, para melhor definir esta sociedade e situá-la em seu contexto histórico, são abordadas as duas fases de desenvolvimento do capitalismo na era moderna que são apresentadas por Marcuse, o capitalismo incipiente e o capitalismo monopolista e as principais categorias sociais que compõem cada uma delas. A sociedade industrial avançada se situa na segunda fase e apesar de ser a contradição dos princípios que o capitalismo incipiente defendia, ela se apresenta como o modelo de realização dos ideais daquela sociedade. Investigar a forma como ela se organiza nos leva a entender como isso é possível. Para tanto, apresento alguns conceitos-chave que o filósofo desenvolveu ao longo da sua trajetória intelectual, presentes em quatro escritos realizados entre as décadas de 1940 e 1960: Algumas implicações sociais da tecnologia moderna (1941), A noção de progresso à luz da psicanálise (1957), Teoria das Pulsões e Liberdade (1957) e a obra *O Homem Unidimensional* (1964). Para fundamentar seus argumentos sobre a sociedade repressiva e o indivíduo reprimido, bem como entender a origem desses acontecimentos, Marcuse recorre à psicanálise de Sigmund Freud e à sua Teoria das Pulsões, temas sobre os quais também discorro. Ademais, a apropriação que Marcuse faz do pensamento freudiano lhe permite afirmar que, sendo este modelo de sociedade o resultado de um determinado desenvolvimento histórico, ou seja, a repressão não é a determinação natural da sociedade nem do indivíduo, é possível que novas formas de organização que transcendam esta realidade repressiva venham a se tornar realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo, Liberdade, Progresso, Sociedade, Tecnologia, Marcuse.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as professoras e professores que tive ao longo da minha formação e, em especial, ao professor Rafael Cordeiro Silva, pela tranquilidade e dedicação com que me orientou desde o início. Nossas conversas foram sempre acolhedoras e motivadoras.

Agradeço ao meu amado Lucas Deleau pelo impulso inicial, pela ajuda em organizar as minhas ideias e meu trabalho e pela ajuda nas leituras em francês.

Agradeço às minhas amigas Jessica Lobo e Giselle Porto pelos conselhos, cuidados e incentivo diário e à minha amiga Raiza Vinhal pelas revisões gramaticais.

Agradeço às grandes amigas que compartilharam tanto comigo durante os anos que passei na UFU, Brenda Rodrigues e Bruno Humberto.

Agradeço à minha família, Áurea, Arlindo e Maria Lúcia, por tudo que tenho e sou.

“À dolorosa luz das grandes lâmpadas eléctricas da fábrica
Tenho febre e escrevo.
Escrevo rangendo os dentes, fera para a beleza disto,
Para a beleza disto totalmente desconhecida dos antigos.
[...]
Ah, poder exprimir-me todo como um motor se exprime!
Ser completo como uma máquina!
Poder ir na vida triunfante como um automóvel último-modelo!
Poder ao menos penetrar-me fisicamente de tudo isto,
Rasgar-me todo, abrir-me completamente, tornar-me passento
A todos os perfumes de óleos e calores e carvões
Desta flora estupenda, negra, artificial e insaciável!
[...]

“Ode triunfal”, Álvaro de Campos, 1915.

SUMÁRIO

Introdução	7
1 – Caracterização geral do capitalismo	10
1.1 – Querela acerca do entendimento e surgimento do capitalismo	10
O que é capitalismo? Quais são as suas principais formas?	10
Por que esse debate é importante?	12
1.2 – O desenvolvimento do capitalismo moderno e a sociedade industrial avançada segundo Herbert Marcuse	13
2 – Em torno dos conceitos-chave do pensamento de Marcuse	20
A noção de progresso, felicidade e liberdade à luz da psicanálise	20
A racionalidade tecnológica: implicações sociais da técnica e tecnologia moderna.....	32
3 – Apreensão e discussão dos conceitos	35
A Ideologia é a chave da unidimensionalidade	35
Utopia, uma realidade possível.....	43
Conclusão	46
Referências	49

Introdução

Herbert Marcuse nasceu em Berlim, em 1898. Seus estudos aconteceram na sua cidade natal e posteriormente em Freiburg e envolveram filosofia, literatura alemã contemporânea e economia política. Seu pensamento filosófico recebeu influências da fenomenologia, do existencialismo, do idealismo alemão e dos clássicos da tradição filosófica ocidental. Entre os principais nomes podemos citar Georg Lukács, Edmund Husserl, Martin Heidegger – que foi seu professor em Freiburg – Hegel e Karl Marx. Foi membro do Instituto de Pesquisa Social, a princípio associado à Universidade de Frankfurt. Entretanto, sua participação iniciou-se concomitantemente à ascensão do Nacional Socialismo na Alemanha, momento em que Marcuse rompe as relações filosóficas e profissionais que tinha com Heidegger – que apoiava publicamente o partido nazista – e é aceito para o cargo de filósofo dentro do Instituto. Neste contexto, ele e outros pensadores, alguns de origem judia, se viram obrigados a emigrar da Alemanha para continuarem os seus trabalhos. Em 1933 Marcuse esteve em Genebra e no ano seguinte se dirigiu a Nova York, onde o Instituto de Pesquisa Social se filiou à Universidade de Columbia. Posteriormente ele viveu também na Califórnia, ainda como membro do Instituto. Foi neste contexto que o filósofo desenvolveu alguns dos escritos que serão abordados neste trabalho e esteve ao lado e sob a influência do pensamento de Marx Horkheimer, diretor do Instituto. Entre os anos de 1942 e 1950, durante a Segunda Guerra Mundial, Marcuse trabalhou para o Escritório de Serviços Estratégicos (OSS) do Estado, em Washington.

Marcuse caracteriza-se por ser o mais otimista entre os pensadores da Teoria Crítica e o seu modo de escrita e pensamento tem influências da cultura norte americana e do trabalho que ele ofereceu a este Estado durante a guerra. Ele desenvolveu uma teoria social que afirma a existência de possibilidades históricas de superação da condição de labuta, miséria e escassez na qual vive a maioria das pessoas na sociedade contemporânea, a despeito das conquistas humanas ao longo da história. Para construir o seu ideário, o autor apropria-se de alguns conceitos da psicanálise de Sigmund Freud, que o auxiliam a expor as questões sobre a origem da sociedade repressiva e da repressão do homem e, ainda, as possibilidades de emancipação individual e social. Ele também absorve alguns conceitos de Karl Marx, como trabalho alienado e reificação, e mantém um diálogo com este pensador que, aqui, aparece através da problematização que Marcuse faz sobre a posição da classe operária enquanto sujeito histórico responsável pela revolução político-social no contexto das sociedades

industrialmente avançadas. As influências de Freud sobre o pensamento de Marcuse aparecerão mais explicitamente ao longo deste trabalho, sendo a forma pela qual ele se apropria do pensamento psicanalítico de Freud uma marca que o distingue dos demais filósofos da Teoria Crítica, assim como o seu otimismo. Além disso, a dialética negativa, herdada do pensamento de Hegel, aparece fortemente no método utilizado por Marcuse para construir a sua teoria crítica e diálogos com Lewis Mumford e Max Weber também se fazem presentes em alguns textos utilizados no presente trabalho.

Para desenvolver o seu projeto político de sociedade, Marcuse parte de uma visão crítica sobre a economia capitalista que dirige a sociedade industrial avançada. Para o autor, esta sociedade situa-se em um estágio avançado do desenvolvimento capitalista marcado pela intensa industrialização. A sua teoria crítica da sociedade considera as mudanças ocorridas na estrutura econômica mundial a partir das novas conjunturas do século XX. Neste contexto, a nova realidade técnica dos meios de produção – o progresso técnico – poderia proporcionar um salto qualitativo na vida do homem, libertando a grande maioria da população da necessidade de trabalhar árdua e incessantemente para sobreviver. Livre da condição de escravidão e sofrimento, o indivíduo teria, então, o usufruto do seu tempo para realizar as suas capacidades e satisfazer as suas necessidades individuais de forma autônoma. Entretanto, na ocasião em que a sociedade capitalista poderia realizar o ideal que esteve presente em suas manifestações incipientes – isto é, a liberdade enquanto um direito de todos e a razão como veículo para a realização individual – ela revela o seu caráter autoritário ao impor aos indivíduos um modo de vida que satisfaz apenas às necessidades do sistema econômico-político, controlando o tempo de trabalho e o tempo livre através das manifestações da cultura material e intelectual.

A reflexão mais madura de Marcuse sobre o caráter autoritário do Estado surge com a obra *O Homem Unidimensional*, de 1964, mas muitos conceitos que compõem o desenvolvimento desta tese já haviam sido apresentados nos textos das décadas anteriores. O presente trabalho tem como objetivo entender a organização da sociedade industrial avançada à luz da teoria de Marcuse, a fim de verificar como o autor sustenta que o universo econômico-político desta sociedade exerce o domínio sobre todas as esferas da existência humana e como os elementos da sua cultura material e intelectual são utilizados enquanto instrumentos de controle e coesão social, de modo que todas as formas de oposição e a possibilidade de emancipação dentro desta sociedade encontram-se travadas. Neste sentido,

Marcuse afirma que esta é uma sociedade repressiva. A questão que guia este trabalho é a seguinte: como o indivíduo pode sentir-se livre e feliz em uma sociedade fundada na repressão? Apenas se a liberdade e a felicidade forem submetidas às performances socialmente necessárias, aquelas que contribuem para os objetivos do sistema econômico-político e estão em acordo com o *status quo*, isto é, com uma organização social totalmente irracional e repressiva.

Para esse fim, apresentarei, em primeiro lugar, um breve estudo sobre o capitalismo, sua história anterior à era moderna e as suas principais manifestações na contemporaneidade, visto que o âmbito econômico é um dos princípios e fundamentos da crítica social feita por Marcuse. Em seguida, apresentarei dois momentos do capitalismo moderno segundo a visão do autor: o capitalismo incipiente e o capitalismo monopolista, que são trabalhados a partir de categorias sociais desenvolvidas por ele. No segundo capítulo, passarei por diferentes conceitos que permeiam a trajetória intelectual do filósofo, como autonomia, liberdade, felicidade, necessidade, progresso, produtividade e outros. Todos estes são centrais para este estudo e dialogam com a psicanálise freudiana, principalmente com sua Teoria das Pulsões, que também serão apresentadas neste momento. Além disso, a relação dialética de Marcuse com a técnica e tecnologia moderna é abordada no segundo momento deste capítulo, sendo este um dos temas mais importantes do pensamento filosófico do autor. O terceiro capítulo adentra a crítica da sociedade industrial avançada através de uma de suas obras mais conhecidas, *O Homem Unidimensional*, e traz o entendimento de Marcuse sobre a unidimensionalidade, conceito que define a sociedade contemporânea e o papel inovador e fundamental da ideologia nesta sociedade e no modo como ela se organiza. O terceiro capítulo faz a defesa da possibilidade de transcender historicamente esse contexto social, ainda que esta possibilidade seja considerada por muitos uma utopia.

1 – Caracterização geral do capitalismo

1.1 – Querela acerca do entendimento e surgimento do capitalismo

O que é capitalismo? Quais são as suas principais formas?

O capitalismo pode ser definido de formas distintas de acordo com cada autor que aborda o conceito. Algumas análises o abordam a partir de uma visão puramente econômica, outras desenvolvem o conceito a partir da compreensão de que, além de reger a economia e a sociedade, o capitalismo governa politicamente o espaço onde se faz presente. A segunda perspectiva está em conformidade com o pensamento de Herbert Marcuse, segundo o qual o capitalismo, no século XX, apresenta-se como um sistema totalitário que domina toda a esfera particular da vida do ser humano.

Contudo, algumas características fundamentais definem, de modo geral, as diferentes formas do capitalismo moderno, tais como a instituição da propriedade privada dos meios de produção e dos bens de consumo enquanto um direito, bem como a acumulação infinita de riquezas geradas através do usufruto desse direito e do trabalho. Além disso, o surgimento do trabalho assalariado e da divisão do trabalho a partir do novo modo de produção e o fato de o dinheiro ser o principal ordenador das relações sociais também marcam a transição do predecessor sistema feudal para o capitalismo moderno.

Essa transição aconteceu ao longo de séculos e a partir da transformação e adaptação de diversas técnicas que se originaram principalmente na África e na Ásia. Além disso, as relações comerciais entre a Europa e esses dois continentes, desde a época do Império Romano e mesmo após a sua queda, foram decisivas para a emergência do capitalismo europeu, assim como a sua posterior relação com as colônias americanas. Partindo da história global, é possível perceber, pois, aspectos negligenciados nas análises centradas apenas no desenvolvimento desse sistema dentro do contexto social europeu.¹

Existe um debate entre duas correntes de pensamento acerca da origem do capitalismo e da sua existência enquanto um sistema que se relaciona com o mundo. De um lado, Wallerstein² sustenta que o capitalismo histórico deve ser entendido com base no sistema mundial, que se desenvolveu apenas na modernidade, a partir do século XVI, e que não se

¹ Norel Philippe, « L'émergence du capitalisme au prisme de l'histoire globale », p. 63-75.

² *Ibidem*, p. 65.

pode falar de um capitalismo anterior a esse período. De outro lado, Frank e Gills³ e também Friedman⁴ consideram que, desde a antiguidade, o modo como alguns territórios se relacionavam comercialmente com o mundo constituía formas de capitalismo em si e, dessa maneira, afirmam a existência de sistemas-mundo anteriores ao capitalismo moderno. O debate recai sobre a questão semântica, pois depende de como cada autor conceitua capitalismo e, por vezes, as duas visões confluem. O importante é perceber como o debate dirige o tema e que a história global permite-nos compreender melhor os alicerces do capitalismo moderno e faz pensar sobre a existência de formas diversas de capitalismo.

O que nos interessa para o presente trabalho são os princípios do sistema capitalista na modernidade e, mais especificamente, a forma que ele adquire no século XX. O que caracteriza o capitalismo moderno? De acordo com Arrighi⁵, o capitalismo que se consolidou no continente europeu caracteriza-se sobretudo pela acumulação da riqueza enquanto um fim em si, como o maior símbolo do poder, ao passo que os sistemas-mundo anteriores buscavam a riqueza apenas como um meio para a dominação territorial. Segundo ele, as cidades-estados italianas, em particular Veneza, foram as primeiras a praticar simultaneamente o “territorialismo” e o “capitalismo” neste sentido. Essa prática adentrou e transformou primeiramente o continente europeu, ainda com muitas peculiaridades dentro de cada estado-nação e, posteriormente, pouco a pouco, consolidou-se nos locais onde a dominação europeia se fez presente. Ao longo desse percurso histórico surgiram diferentes formas de capitalismo moderno, cujo objetivo permanece, porém, o mesmo: *a busca infinita pelo lucro*. O economista francês Bruno Amable⁶ propõe cinco formas de capitalismo na modernidade, a saber:

- O capitalismo liberal dos países anglo-saxões – Austrália, Canadá, Reino Unido e Estados Unidos – aposta nos mecanismos autorreguladores do mercado, como a liberdade competitiva e a ausência ou mínima intervenção estatal para garantir o progresso econômico.

³ *Ibidem*, p.65.

⁴ *Ibidem*, p.65.

⁵ *Ibidem*, p.75.

⁶ AMABLE, B. (2005). *Les cinq capitalismes. Diversité des systèmes économiques et sociaux dans la mondialisation*. Paris: Éditions Seuil.

- O capitalismo socialdemocrata escandinavo presente na Dinamarca, Finlândia e Suécia dá maior importância às demandas sociais e favorece a intervenção do Estado para regular a economia e a distribuição social de recursos e renda;
- O capitalismo europeu continental presente na Suíça, Holanda, Alemanha, França e Áustria assemelha-se ao modelo socialdemocrata, mas com uma forte proteção ao emprego e menor proteção social;
- O capitalismo mediterrâneo da Grécia, Itália, Portugal e Espanha caracteriza-se por uma proteção social significativamente mais fraca, mas inclui um alto nível de regulamentação do mercado de trabalho, bens e serviços;
- O capitalismo asiático presente no Japão e na Coreia do Sul. O modelo asiático possui especificidades de acordo com cada país. Contudo, em geral, ele é baseado em uma proteção social fraca e um sistema financeiro voltado para a relação a longo prazo entre bancos e empresas.

É interessante perceber que o capitalismo não é, portanto, um sistema político em si, mas um conceito socioeconômico que se relaciona com os principais sistemas políticos do século XX, liberalismo, socialismo e comunismo. Os três sistemas possuem em comum o objetivo de acumular riquezas infinitamente através do capital e do trabalho, seja a partir da iniciativa privada ou pública e, por isso, são considerados, sob esse aspecto, sistemas políticos capitalistas. O liberalismo e o socialismo confluem no que diz respeito à promoção da individualidade e à concessão do direito à propriedade privada ao indivíduo e divergem na forma como regulam a economia, pois no socialismo todos devem participar do bem comum e, portanto, a riqueza produzida deve ser socialmente distribuída. O comunismo, por sua vez, não concede ao indivíduo a posse da propriedade privada, apenas o Estado pode detê-la e, teoricamente, divide a produção e as riquezas entre todos os cidadãos, ou seja, o Estado é o regulador e organizador da sociedade e da economia.

Por que esse debate é importante?

Até aqui o conceito de capitalismo foi abordado a partir do enfoque histórico e econômico. Esse debate é importante para preparar o terreno e situar o leitor na discussão que será empreendida por Marcuse. De antemão, é importante fixar que o capitalismo que se consolidou na modernidade tem como característica fundamental a valorização da riqueza enquanto um fim em si mesmo e não mais como um meio para a conquista territorial. A busca

infinita pelo lucro é, pois, o objetivo comum que une todas as diferentes formas de capitalismo contemporâneo dentro deste conceito e é ainda o que define os seus princípios econômicos. Em vista disso, é indispensável entender que a riqueza é um bem que se conquista, mas que também pode ser gerado e multiplicado, entre outros modos, por meio do trabalho. A riqueza socialmente produzida está diretamente relacionada à forma como o trabalho é organizado dentro de uma sociedade e à forma como a sociedade se organiza em geral. A teoria social que Marcuse desenvolve considera, portanto, que os aspectos sociais não podem ser entendidos sem levar em conta o quadro econômico de uma sociedade. Marcuse também parte do contexto econômico para construir a sua teoria crítica da sociedade e aborda o capitalismo tendo em vista os ecos de seus objetivos econômicos na sociedade industrial e nos indivíduos que compõem essa sociedade. Assim, as categorias sociais, que serão apresentadas a seguir sob a luz do pensamento de Marcuse, têm como pano de fundo os princípios econômicos do capitalismo que foram descritos nesta primeira sessão e estes mesmos princípios econômicos se incluem, ainda, dentre os objetos da crítica desenvolvida pelo autor.

1.2 – O desenvolvimento do capitalismo moderno e a sociedade industrial avançada segundo Herbert Marcuse

Herbert Marcuse traz à luz o percurso histórico do capitalismo moderno ao discorrer sobre a sociedade industrial avançada. Na construção argumentativa do filósofo, o desenvolvimento do capitalismo moderno é dividido em duas fases: o *capitalismo incipiente* e o *capitalismo monopolista*. A sociedade industrial avançada situa-se na fase monopolista, mas muitos de seus conceitos fundamentais surgiram na fase anterior por meio de teorias políticas e como categorias de oposição, que denunciavam as contradições da sociedade industrial incipiente. Se nesta sociedade conceitos como “indivíduo”, “razão” e “liberdade” eram negativos e expressavam uma contraposição entre duas dimensões da existência – a pública e a privada – no contexto posterior esses conceitos são subvertidos e incorporados aos seus opostos. Em outros termos, na sociedade industrial contemporânea, tais conceitos são usados para enunciar elementos que constituem esta realidade, como se a liberdade, a razão e a individualidade existissem plenamente dentro dela. Esses conceitos não dizem mais sobre elementos que representariam melhores condições em relação aos problemas encontrados nesta realidade. Antes, as contradições sociais tornavam-se explícitas através desses conceitos que as enunciavam e a absorção deles pela realidade atual faz desaparecerem as categorias críticas do

pensamento, facilitando a sobreposição da esfera pública sobre a individualidade, que encerra a existência, no âmbito teórico e prático, em uma única dimensão possível, a da realidade dada.

Marcuse considera, por isso, que, a partir do século XX, o capitalismo define as diretrizes políticas de uma organização totalitária, que domina tanto o âmbito econômico-social quanto a esfera privada da vida humana. Para o autor, uma sociedade totalitária não é apenas aquela que usa da força ou da tirania para se afirmar, mas é caracterizada, também, pelo uso que faz de políticas econômico-sociais e do aparato produtivo e tecnológico, para impor um modo de vida fundado na ampla satisfação das necessidades, sendo que tais necessidades extrapolam as verdadeiras exigências da natureza humana e compreendem aquilo que é necessário para a satisfação dos interesses da esfera pública. Nas palavras de Marcuse, “nossa sociedade se distingue pela conquista das forças sociais dissidentes mais precisamente pela Tecnologia do que pelo Terror, [...]”.⁷ Diante desta tese, ter em mente a afirmação de Arrighi⁸ sobre a característica fundamental do capitalismo moderno, isto é, a acumulação infinita da riqueza enquanto um fim em si mesmo, é o primeiro passo para a compreensão de uma sociedade que na contemporaneidade considera como valor supremo a produtividade em detrimento da liberdade e da felicidade humana. Isso é o que caracteriza o capitalismo avançado, ou seja, a produtividade é conseguida em função do desenvolvimento do maquinário, o que permite que os trabalhadores tenham menos desgaste físico e que possam também aferir ganhos maiores, se comparados aos trabalhadores da época liberal. Para uma compreensão mais aprofundada, faz-se necessário percorrer com mais atenção as fases históricas supramencionadas.

O *capitalismo incipiente* também pode ser chamado *capitalismo liberal*. Segundo Marcuse, esta fase compreende o período entre os séculos XVI e XIX e combina o ideário iluminista com os estágios iniciais da industrialização na Europa ocidental, podendo ser descrita também como a fase das revoluções burguesas. Neste cenário, a base econômica e social é o indivíduo. As empresas, formadas em sua maioria por núcleos familiares, concorrem livremente entre si, sendo a autêntica manifestação dos princípios do capitalismo liberal descritos por Amable. O trabalho é visto como a expressão da individualidade de um sujeito livre, racional e autônomo. O indivíduo burguês possui autoridade sobre si mesmo e orienta suas ações mediante a própria razão, considerada uma faculdade no sujeito que o torna

⁷ MARCUSE, H. Introdução à 1ª Edição, p. 32.

⁸ Norel Philippe, « L'émergence du capitalisme au prisme de l'histoire globale », p. 63-75.

capaz de alcançar o esclarecimento através da síntese entre a sua vontade imediata e a razão universal.

A concepção de racionalidade vigente neste período tem como referência central a filosofia idealista de Immanuel Kant. Para este filósofo, o “ESCLARECIMENTO [«Aufklärung»] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo.”⁹ Assim, segundo Kant, a natureza humana progride à medida que se esclarece e “Para este esclarecimento [«Aufklärung»] porém nada mais se exige senão LIBERDADE [...] a saber: a de fazer um *uso público* de sua razão em todas as questões.”¹⁰ A concepção de Kant a respeito da liberdade é, entretanto, de cunho moral e a autonomia individual, que ela sustenta, exige o auto constrangimento da natureza humana e da fruição desmedida dos prazeres e pulsões do indivíduo, em favor do progresso e aperfeiçoamento da humanidade e da civilização. A autodisciplina e auto frustração do indivíduo manifestam-se nas instituições sociais, na família e no trabalho, esferas sobre as quais o sujeito deve manter vigilância constante.

Assim, a racionalidade clássica ou burguesa requer, ainda, um posicionamento crítico do indivíduo diante do *status quo*, de modo que ele tende a negar tudo o que se lhe apresente irracional e opressivo, em favor de valores e padrões sociais que permitam o desenvolvimento de suas faculdades e habilidades. A sociedade deve apenas assegurar a liberdade de pensamento e ação individual, que não pode ser limitada por nenhuma forma de autoridade externa. Neste sentido, existe uma contraposição entre o indivíduo e a sociedade, quer dizer, entre aquele que pensa as realidades possíveis e a realidade que lhe é dada. Toda a existência é entendida, então, a partir de duas dimensões possíveis que se relacionam dialeticamente entre si: a realidade tal como é e a realidade como pode vir a ser.

A bidimensionalidade existente no contexto do capitalismo incipiente também se manifesta de outra forma. Enquanto a burguesia ascendia como classe e os seus indivíduos prosperavam espiritual e materialmente, a vida cotidiana de grande parte da população era miserável ainda. Muitas pessoas haviam migrado das regiões rurais para os novos centros urbanos em busca de trabalho, migração esta que ocasionou o surgimento de uma classe social que tinha de sujeitar-se à realidade precária dos ambientes de trabalho, funções, jornadas e

⁹ KANT, I. Resposta à pergunta: que é “Esclarecimento”?, p. 100. (itálicos no original).

¹⁰ *Ibidem*, p 104.

salários disponíveis para sobreviver. A classe trabalhadora (sobre)vivia, por conseguinte, em condições antagônicas às da classe burguesa, retratando a existência de uma dimensão da realidade completamente oposta àquela, na qual as contradições sociais negam por si só os princípios liberais. Estas duas realidades concomitantes reafirmam, desse modo, a bidimensionalidade dessa sociedade.

Adentrando o século XX, chegamos à fase do *capitalismo monopolista*, que corresponde ao estágio seguinte de desenvolvimento da sociedade capitalista liberal e ao cenário no qual a sociedade industrial avançada se consolida. Em diálogo com Lewis Mumford e Max Weber, Marcuse descreve esse momento como a “era das máquinas”¹¹, pois ele é marcado, principalmente, pelo grande avanço tecnológico e pela intensa industrialização e automação da vida. Marcuse retém de Weber a discussão do fenômeno da burocratização, tanto na esfera pública quanto na vida privada. O poder tecnológico leva, conseqüentemente, à concentração do poder econômico nas mãos dos grandes grupos industriais. Assim, as bases materiais são muito diferentes da fase anterior e o mercado torna-se menos competitivo diante do processo de despersonalização das empresas, colocando em vantagem os detentores do monopólio tecnológico dos meios de produção e distribuição de mercadorias e serviços. A base econômica e social sobre a qual o indivíduo burguês se constituiu foi, portanto, destruída e muitos deles submeteram-se ao domínio das grandes empresas e indústrias altamente mecanizadas e racionalizadas.

Esse modelo social tem como principal exemplo a sociedade norte americana após a Segunda Guerra Mundial. Neste contexto, os Estados Unidos disputavam a hegemonia ideológica com o outro polo mundial do poder, a União Soviética. A disputa que dividiu o planeta entre os blocos capitalista e comunista foi sustentada através do medo constante que ambas as potências difundiam a respeito de um conflito direto e da conseqüente eclosão de uma nova guerra mundial. Marcuse afirma que nenhum lado se apresentava como uma verdadeira alternativa ao outro. Antes, os dois lutavam com os mesmos artificios, isto é, o ódio direcionado ao inimigo declarado era o que movia grandes investimentos estatais na indústria ideológica, tecnológica e bélica. O autor escreveu sua crítica à ideologia do partido comunista da União Soviética e à apropriação que ele fez da teoria marxista em *Marxismo Soviético: Uma Análise Crítica*, de 1958. Já na obra *O Homem Unidimensional* de 1964 o filósofo expõe criticamente os elementos constitutivos da organização da sociedade que ele

¹¹ MARCUSE, H. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna, p. 47-55.

definiu como industrialmente avançada ou unidimensional, representada pela sociedade estadunidense.

Em meados do século XX, a sociedade estadunidense possuía uma política beligerante, ou seja, o Estado de Guerra permanente era o princípio econômico e político deste país e o pano de fundo do seu Estado de Bem-estar Social. Em inglês Estado de Guerra e Estado de Bem-estar Social são expressos de modo muito similar, *Warfare State* e *Welfare State* respectivamente, e, colocados lado a lado, ilustram a íntima relação de interdependência que existe entre estas duas políticas dessa sociedade. Essa união fortalece o Estado e o torna agente da promoção social. Internamente, a economia desenvolve-se através do mercado que gira em torno da indústria bélica e dos empregos que ela cria. A hegemonia social é conquistada por meio das políticas de bem-estar social e da ideologia que o próprio Estado desenvolve a partir do elo entre mercado, consumo e cultura. As políticas de bem-estar social dizem respeito aos investimentos econômicos do Estado nas áreas básicas como saúde, educação, previdência etc. São políticas sustentadas através do recolhimento de impostos e destinadas a atender toda a população e, em especial, às classes menos favorecidas economicamente.

A alta produtividade dessa sociedade proporciona um mercado de consumo mais sofisticado e acessível. Inúmeros produtos e serviços novos são oferecidos e trazem facilidades e confortos inéditos para a vida cotidiana da população. A tecnologia não se faz presente apenas dentro das fábricas e indústrias, ela adentra também as casas com os novos eletrodomésticos e carros, por exemplo. A ideologia também atua de forma inédita nessa sociedade, pois agora ela está diretamente inserida no próprio processo de produção material. Sua função é cultivar o modelo de vida baseado no consumismo e na satisfação pessoal através dele, buscando criar uma profunda identificação entre o sujeito e os seus objetos de consumo e uma sensação de liberdade de escolha diante da variedade de produtos oferecidos pelo mercado. A ideologia se reconcilia com as condições materiais de modo que qualquer crítica à realidade se torna irracional e os próprios indivíduos desejam intensificar o sistema e valorizar a produção.

Este cenário faz possível o nivelamento entre as diferentes classes sociais, visto que o poder aquisitivo da classe trabalhadora cresce e o seu padrão de vida melhora. O termo “unidimensional” surge a partir da constatação do autor de que esta é uma sociedade sem oposição. Isso significa que o modo de pensar e comportar-se de grande parte dos indivíduos

que integram esta sociedade é uniforme e até mesmo os posicionamentos políticos, que em fases anteriores eram antagônicos entre as diferentes classes sociais, reconciliaram-se, de modo que as aspirações e necessidades dos indivíduos, bem como as formas de satisfazê-las, coincidem em geral. A aliança entre tecnologia, organização do trabalho e mercado de consumo faz com que o trabalhador se sinta satisfeito, orgulhoso e responsável por fazer parte de uma sociedade organizada de modo a proporcionar-lhe um padrão de vida nunca vivido antes. A cultura material dessa sociedade é, pois, o grande incentivo para que o trabalhador seja cada vez mais eficiente e produtivo e, conseqüentemente, dedique o seu tempo trabalhando para aumentar os lucros e o capital das empresas e indústrias sem grandes queixas ou críticas a fazer. Esse modo de vida só é possível, contudo, através do Estado de Guerra constante, que demanda grandes investimentos em pesquisa e tecnologia em geral e tecnologias direcionadas à indústria bélica em especial.

Esta sociedade promove a si mesma como o modelo de sociedade libertária. Externamente, ela também busca a hegemonia mundial por meio da luta contra o inimigo declarado – o perigo do comunismo – e das intervenções militares que exerce em defesa da democracia e da liberdade. Esse foi o caso da invasão estadunidense no Vietnã, que gerou uma guerra durante 20 anos. A ambigüidade do capitalismo avançado se mostra no fato de que a tecnologia serve tanto para produzir uma vida melhor para a humanidade, quanto para destruir a vida de outra parcela da humanidade. A ideologia inserida dentro do aparato produtivo é utilizada para esconder os reais motivos da guerra, isto é, a motivação econômica que faz com que ao lado da produção de objetos que permeiam a vida cotidiana das pessoas exista, ainda e principalmente, um mercado que cultiva a morte por meio da produção de armas, munições, mísseis, bombas atômicas e todo tipo de equipamento e tecnologia militar direcionada para a guerra. É notável o aprimoramento tecnológico que aconteceu entre a primeira e a segunda guerras mundiais e o alcance mortífero que as tecnologias bélicas desenvolvidas durante a corrida armamentista poderiam ter é, sem dúvida, muito maior do que em qualquer outro momento da história.

Marcuse percebe as tendências destrutivas na maioria das conquistas do capitalismo avançado e vê irracionalidade em sua autoproclamada racionalidade. Ele defende que a prosperidade e o crescimento da sociedade estão baseados no desperdício e na destruição, seu progresso é abastecido pela exploração e repressão, enquanto sua liberdade e democracia são baseadas na manipulação. Marcuse abre caminho entre as celebrações ideológicas do capitalismo e critica agudamente a desumanização e a alienação em sua opulência e afluência, a escravidão em seu sistema de

trabalho, a ideologia e doutrinação em sua cultura, o fetichismo em seu consumismo e o perigo e a insanidade em seu complexo militar-industrial.¹²

O percurso histórico do capitalismo moderno traçado por Marcuse aponta para uma relação dialética entre o progresso e a barbárie, muito bem exemplificada pela realidade da sociedade unidimensional. O progresso técnico seria o pano de fundo ideal para o aperfeiçoamento humano, visto que ele traz as condições materiais adequadas para satisfazer as necessidades humanas e apaziguar a luta pela sobrevivência, deixando a vida mais confortável, tranquila e feliz. Dada esta condição, os humanos estariam livres da necessidade de trabalhar árdua e incessantemente para sobreviver e teriam, enfim, o usufruto pleno do tempo para desenvolver suas habilidades pessoais, suas faculdades mentais, intelectuais e espirituais. Na passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade, entretanto, há uma aparente contradição, isto é, o incremento do progresso científico e tecnológico na sociedade industrialmente avançada sustenta e é sustentado pelo Estado de Guerra e coincide com a perda das liberdades individuais e da força crítica do pensamento humano. O que, de fato, significa progresso neste contexto? Isto é, qual é o fim do progresso e o que envolve as suas conquistas? Ainda, a tecnologia pode ser separada do uso que se faz dela, ou seja, pode a tecnologia ser entendida como um instrumento neutro dentro do contexto dessa sociedade?

Essa contradição revela a hipótese de que o germe do totalitarismo já estava presente nas manifestações incipientes do capitalismo moderno. A liberdade que o indivíduo burguês possuía na sociedade capitalista incipiente, isto é, a sua autonomia de pensamento e ação, não estava submetida a nenhum domínio externo, mas era já o fruto de uma atitude repressiva exercida por ele sobre si mesmo. É por meio da auto dominação da sua própria natureza, e das suas pulsões, que a liberdade aparece como possível para o indivíduo. Nas palavras de Marcuse, “a liberdade deve conter o constrangimento: a miséria da vida, a luta pela existência e o carácter amoral das pulsões tornam inevitável a repressão pulsional.”¹³. Mas em que consiste a natureza humana e suas pulsões? Para desenvolver tal questão, o filósofo se vale da teoria das pulsões de Sigmund Freud e insiste no seu alcance político. Marcuse afirma que “[...] a teoria freudiana, segundo sua própria conceptualidade, se abre à problemática política e a ela se presta [...] a sua concepção, na aparência puramente biológica, é no fundo uma concepção sócio-histórica.”¹⁴ Ao apropriar-se de alguns conceitos da psicanálise, ele expõe, então, as questões sobre a origem da sociedade repressiva e da repressão do homem e, ainda,

¹² KELLNER, Douglas. Introdução à 2ª edição, p. 23.

¹³ MARCUSE, H. Teoria das pulsões e liberdade, p. 120.

¹⁴ MARCUSE, H. Teoria das pulsões e liberdade, p. 103.

as possibilidades de emancipação individual e social.

2 – Em torno dos conceitos-chave do pensamento de Marcuse

A noção de progresso, felicidade e liberdade à luz da psicanálise

Para desenvolver o seu projeto político social, Marcuse parte de uma visão crítica sobre a sociedade industrial avançada, que é desenvolvida por ele a partir de conceitos que permeiam os fundamentos teóricos e também a vida cotidiana dessa sociedade. O progresso é uma ideia central que, em sentido geral, tem guiado desde sempre a marcha da humanidade pela história. Tendo em vista que esta sociedade se situa em um estágio avançado de desenvolvimento marcado pela intensa industrialização, a nova realidade técnica representa um grande progresso e poderia proporcionar um salto qualitativo na vida da humanidade jamais visto anteriormente. Atentando para a realidade tal como se apresenta, entretanto, salta aos olhos do autor que este conceito está envolvido em uma grande problemática e que ele não pode ser afirmado de modo despretensioso na sociedade contemporânea.

O que significa, então, a ideia de progresso? Todo processo de descoberta, conquista e transformação da natureza, bem como toda ação que representa um avanço ou aperfeiçoamento em relação a uma condição específica, é entendido como progresso. O progresso está ligado ao desenvolvimento da vida humana no que diz respeito à sua esfera interior e imaterial, isto é, à transformação da própria natureza humana, tendo em vista o aperfeiçoamento da moralidade e a conquista da liberdade, bem como o aprimoramento das suas habilidades e faculdades, que expressam os valores, conhecimentos e técnicas que compreendem a cultura. O progresso também está ligado ao âmbito material da vida, às ações humanas que transformam a natureza externa ao ser humano, realizadas com base na busca e no cultivo de conhecimentos que são úteis à satisfação das suas necessidades e ao aumento da riqueza social, capazes de tornar a vida mais fácil e confortável. A libertação da condição de escravidão sob a qual muitos povos estiveram sujeitos ao longo da história da humanidade, bem como a defesa dos direitos humanos e a valorização da autonomia individual, são exemplo de progresso. Além disso, o aperfeiçoamento de diversas técnicas, desde as agrícolas, que permitiram à espécie deixar a condição nômade a que estava sujeita para se alimentar, até as comerciais e militares, passando ainda pelos meios de transporte e pelas técnicas da imprensa, que auxiliaram o desenvolvimento intelectual, tudo foi sendo adaptado

ao longo da história tendo em vista, também, o progresso da humanidade. O fim do progresso é, pois, elevar a condição humana a níveis mais altos no que diz respeito à moralidade, à liberdade, ao conhecimento e às ações que transformam a natureza em cultura, gerando conforto, prazer, satisfação e felicidade para toda a humanidade.

Num dado momento do período moderno da civilização ocidental, entretanto, acontece um desmembramento entre a esfera humanitária e a esfera técnica do progresso. Em “A noção de progresso à luz da psicanálise”, conferência publicada em 1957, Marcuse apresenta as duas concepções modernas de progresso: o progresso quantitativo ou técnico e o progresso qualitativo ou humanitário. Essa separação não acontece por mera eventualidade, cada uma dessas concepções é definida a partir de valores e fins bem determinados, que dizem respeito a projetos político-sociais específicos – de um lado libertário e de outro totalitário – e situam historicamente uma organização social marcada por novos instrumentos de dominação e repressão individual.

A passagem da sociedade industrial incipiente para a sociedade industrial avançada, descrita no capítulo anterior, apresenta aspectos sociais diretamente relacionados com a concepção de progresso vigente em cada um desses períodos. Na sociedade industrial incipiente, a racionalidade burguesa e a sua noção de indivíduo enquanto um ser livre e autônomo apontava para o progresso em seu sentido amplo, associando o desenvolvimento das técnicas ao da esfera humanitária da vida. Na passagem para a sociedade industrial avançada, o desmembramento do progresso em duas perspectivas, entendidas, então, como opostas, acontece em consequência da nova racionalidade vigente, que é influenciada pelo efeito e domínio que um determinado uso da tecnologia exerce sobre os indivíduos nesta sociedade.

Entendidos como domínios separados, o conceito de progresso qualitativo ou humanitário é definido por Marcuse como aquele que busca a realização da liberdade e da moralidade humana, tendo em vista que, quanto mais livre for o ser humano, a consciência que ele possui da liberdade é capaz de ampliar o campo da liberdade, sendo este o terreno fértil para o desenvolvimento da moralidade. Esta concepção foi fundamenta na elaboração feita pela filosofia idealista, sobretudo por Hegel em sua teoria sobre a evolução histórica do espírito humano. Já a concepção de progresso técnico é definida apenas quantitativamente e, nesse sentido, pretende apresentar-se como uma concepção neutra, isto é, livre de valores no sentido ético e filosófico do termo. Sua aplicação está diretamente relacionada à

produtividade, ao aumento quantificável de conhecimentos e riqueza social, frutos da dominação cada vez maior da natureza. Entretanto, seria possível afirmar a neutralidade da tecnologia tendo em vista que, ainda que o modo como ela progride seja definido quantitativamente, a sua utilização se relaciona diretamente com desenvolvimento da vida humana e, por isso, com valores e condições que confrontam tanto o âmbito material quanto a esfera espiritual da vida humana?

De acordo com Comte e Mill “do progresso técnico enquanto tal não se pode resultar a perfeição humana”.¹⁵ Para Marcuse, “isso significa entretanto que o elemento qualitativo do progresso se vê cada vez mais relegado para o domínio da utopia”¹⁶, visto que este se baseia nos valores da liberdade e felicidade do homem, que são incompatíveis com uma noção neutra e com o desenvolvimento da civilização. Na sociedade totalitária, a esfera humanitária do progresso é desprezada a fim de se afirmar um progresso que não se compromete com metas e conquistas relacionadas ao ser humano, nem com nenhum princípio moral ou libertário. O progresso que esta sociedade afirma é tão só aquele que se relaciona com o desenvolvimento material e econômico, com o avanço das técnicas e tecnologias e com o aumento e acúmulo infinito de riquezas socialmente produzidas. Entretanto, este objetivo defendido pelo progresso técnico evidencia que tampouco é possível afirmar que esta é uma noção neutra, que se desenvolve de tal modo que não defende nenhum valor determinado em detrimento de outro. O objetivo de desenvolver as esferas materiais e econômicas ao máximo é em si uma questão de valor, que envolve uma organização social determinada e situa a vida humana como um meio, ou seja, um instrumento do progresso técnico e não como um fim em si mesma.

Não obstante, Marcuse afirma que o progresso técnico é pré-condição para a realização do progresso humanitário, visto que é preciso primeiro dominar os conhecimentos e a natureza para produzir o mínimo de riqueza capaz de satisfazer as necessidades humanas. Por outro lado, o salto qualitativo não acontece de forma automática. Segundo Marcuse “precisaríamos saber de que modo a riqueza social é repartida e a serviço de quem são empregados os crescentes conhecimentos e capacidades dos seres humanos”¹⁷. A contradição do progresso consiste no fato de que os conhecimentos capazes de aumentar a riqueza social e satisfazer as necessidades humanas de todos os indivíduos são empregados, contrariamente,

¹⁵ MARCUSE, H. A noção de progresso à luz da psicanálise, p. 101.

¹⁶ MARCUSE, H. A noção de progresso à luz da psicanálise, p. 101.

¹⁷ MARCUSE, H. A noção de progresso à luz da psicanálise, p. 100.

na criação de novas necessidades e novas formas de satisfazê-las. Estas revelam, na verdade, as necessidades para a conservação do mercado e da economia e não dos seres humanos. O mercado baseia-se nas leis econômicas que requerem, de modo geral, o aumento do consumo, da produção e do lucro.

É preciso estimular o consumo da população para que isso impulsione a produção. Na mesma direção, a produção de mercadorias destinadas a penetrar o cotidiano das pessoas é já o estímulo necessário para que essas mercadorias se tornem objetos de desejo e consumo. Quando estes bens alcançam a intimidade do ser humano eles se caracterizam como necessidades individuais, ainda que não o sejam. Mas, se muitos seres humanos vivem em condições miseráveis, nas quais as verdadeiras necessidades ainda não são satisfeitas, e se mesmo aqueles que têm garantida a satisfação das necessidades vitais se veem presos a um ciclo vicioso de satisfação pelo consumo traçado pelo princípio de produtividade, é preciso questionar: “[...] produtividade para quê? Parece que a produtividade é cada vez mais um fim em si mesmo e a pergunta sobre a sua utilização não só permanece em aberto, como é cada vez mais recalcada.”¹⁸

Partindo da concepção técnica de progresso, é preciso dar atenção a outros dois conceitos fundamentais que se apresentam: necessidade e produtividade. O conceito de necessidade também é desenvolvido por Marcuse a partir de duas concepções diferentes. Na sociedade industrial avançada há uma separação entre as necessidades individuais e as necessidades sociais, que também pode ser feita distinguindo as necessidades verdadeiras das falsas. É preciso dizer que Marcuse é, sob certo aspecto, um grande defensor do indivíduo. A ideia de indivíduo que ele defende é a do indivíduo burguês, aquele que coloca os seus pensamentos e as suas ações em oposição às performances socialmente estabelecidas, afirmando as suas necessidades particulares em primeiro lugar. Este indivíduo expressa a sua personalidade no modo como impõe os seus próprios pensamentos e ações diante da sociedade como, por exemplo, através do seu trabalho, enquanto a expressão da sua liberdade, inteligência, autonomia e criatividade. Nenhum preceito vindo do âmbito social pode tirar a autoridade que este indivíduo tem sobre si mesmo, nem se sobrepor à sua capacidade de decidir pela própria razão o que é melhor para si mesmo e o que deve ou não ser realizado pelas suas ações. Marcuse se preocupa em demonstrar e criticar o declínio da individualidade autêntica ao longo do percurso histórico que desembocou no modelo repressivo de sociedade

¹⁸ MARCUSE, H. A noção de progresso à luz da psicanálise, p. 102.

e no surgimento do homem unidimensional. Ele não afirma que o indivíduo burguês se realizou plenamente na sociedade incipiente e que todos se tornaram, naquele contexto, indivíduos de fato. Aquela sociedade era composta por classes que conviviam em forte oposição e demonstravam através da coexistência as contradições sociais presentes. Contudo, as ideias de liberdade e autonomia, que definiam a noção de indivíduo e a defesa de que os sujeitos pudessem estar de posse da razão enquanto uma faculdade que lhes permitia exercer o pensamento crítico diante do que era socialmente estabelecido, são defendidas e valorizadas por Marcuse, ao construir a sua crítica ao homem unidimensional da sociedade industrialmente avançada. Essa missão, que traz da filosofia hegeliana o hábito de distinguir dialeticamente entre existência e essência, isto é, entre o que se apresenta como um fato daquilo que potencialmente é, busca demonstrar que o homem unidimensional vive submerso em uma realidade social que reprime sua subjetividade e autodeterminação e lhe impõe necessidades que não são realmente de seu interesse.

Nesta condição, as necessidades verdadeiras são apenas aquelas determinadas pelo próprio indivíduo, relacionadas à autoconservação do organismo humano, como a necessidade de saciar a fome, a sede e o sono, de excretar e de se abrigar por meio de vestimentas e moradia. Para além do nível biológico, as necessidades verdadeiras incluem, ainda, condições de vida favoráveis para o que o ser expresse a sua existência de forma lúdica. Salvo estas necessidades, as demais passam a ser histórica e socialmente condicionadas, ou seja, a realidade vigente estabelece a partir de princípios sociais se uma necessidade pode ser considerada desejável e legítima. As necessidades sociais são, pois, determinadas por autoridades externas ao próprio indivíduo e podem incluir entre elas o trabalho desprazeroso, armas, bombas, ou modos predeterminados de pensar, agir, comportar-se, desejar e satisfazer-se. Muitas necessidades falsas são adoradas por aqueles que vivem na sociedade industrial e formaram o seu pensamento a partir padrões sociais, ou seja, de modo acrítico, sendo incapazes de fazer a distinção entre aquilo que é necessário para o indivíduo particular e o que é socialmente exigido dele. Em última instância, as necessidades verdadeiras devem ser estabelecidas pelos próprios indivíduos, quando estes são dotados de uma subjetividade livre e criativa e de capacidade crítica do pensamento para exercerem a autodeterminação. É preciso que se mantenha uma tensão entre o indivíduo e a sociedade para que aquele consiga se autodeterminar, se ver como particular em relação ao todo.

A produtividade, por sua vez, é um princípio inseparável da visão técnica do

progresso. Quanto a esta diz Marcuse que, “seus elementos essenciais poderiam ser assim caracterizados: o mais alto valor consiste na *produtividade*, [...] no sentido de aumentar a produção de bens materiais e intelectuais, mas também no sentido de uma dominação universal da natureza.”¹⁹ Desse modo, as duas noções de progresso se distinguem também a partir da ordem de valores estabelecida por cada uma delas. Enquanto o progresso humanitário preza pela satisfação individual fundada na liberdade e felicidade humana, o progresso técnico considera estas questões secundárias e valoriza mais a produtividade. Mas como a produtividade pode afirmar-se como um algo superior à realização humana? O que leva os seres humanos a renunciarem à satisfação própria em favor da realização de um objetivo alheio e fundado na insatisfação? Essas questões se relacionam com a suposta neutralidade que o conceito progresso técnico proclama sobre si mesmo e são respondidas através do diálogo de Marcuse com conceitos psicanalíticos de Freud e a sua Teoria das Pulsões.

A neutralidade do progresso técnico se apresenta como um caminho prático, traçado sobretudo para conduzir a civilização humana ao ponto mais alto da sua evolução. O que passa muitas vezes despercebido é que a sua formulação se baseia no estabelecimento de uma hierarquia das faculdades humanas, que coloca a razão como faculdade superior e a sensibilidade como faculdade inferior. O que significa isso? “A razão aparece essencialmente como um princípio de renúncia e que coage à renúncia, e sua tarefa consiste não só em dirigir os sentidos, as faculdades inferiores humanas, mas em reprimi-los.”²⁰ Sob esse aspecto, a dominação da natureza que o progresso técnico pressupõe não diz respeito apenas à natureza alheia ao ser humano. Essa dominação também se refere à limitação da própria natureza humana, ao domínio da subjetividade e da sensibilidade dos indivíduos e à repressão dos desejos e das necessidades advindas dessas esferas inferiores. O progresso técnico pressupõe, portanto, o sacrifício da felicidade e da liberdade, a desvalorização desses valores como fins em si mesmos. No entanto, esses conceitos não são excluídos da realidade, são antes subvertidos e subordinados à expressão de satisfação socialmente aceitável, transformando-se em instrumentos úteis à dominação.

Em “Teoria da pulsões e liberdade”, conferência que também foi publicada em 1957, Marcuse afirma que a liberdade é algo historicamente determinado e, nesse sentido, parece ser

¹⁹ MARCUSE, H. A noção de progresso à luz da psicanálise, p. 102.

²⁰ MARCUSE, H. A noção de progresso à luz da psicanálise, p. 103.

um conceito impossível, isto é, ela não pode ser vivida plenamente, ou do modo como cada um queira. A liberdade para ele – e aqui sua concepção toma como referência o pensamento de Freud – é uma *forma de autoridade* ²¹. O conceito de autoridade é central na teoria das pulsões de Freud e, neste contexto, significa tudo aquilo que é dado antecipadamente ao indivíduo, que não emana dele mesmo, mas foi concebido por outrem para ele. Quando a autoridade é interiorizada pelo indivíduo e exercida por ele mesmo, ela se apresenta como autonomia.

Desde o período inicial da sociedade industrial, na fase do capitalismo incipiente, o conceito de liberdade já era determinado negativamente e estava fundado no autoconstrangimento da natureza humana. Dentro da concepção da racionalidade burguesa, liberdade significava a autonomia que o sujeito burguês possuía como um ser racional, sendo a razão uma faculdade moral que lhe permitia exercer autoridade sobre si mesmo, ou seja, dominar as aspirações advindas da sua sensibilidade em favor do progresso da civilização. A sensibilidade, enquanto uma faculdade tomada por impulsos naturais que levam os indivíduos a agirem e se movimentarem em direção à fruição desmedida dos prazeres e contra tudo o que lhes causa dor, constitui, por isso, objeto de repressão. Esse é o indício mais próximo de nós de que as características de uma sociedade totalitária já vinham sendo desenvolvidas desde as manifestações incipientes do capitalismo moderno. Na sociedade industrial avançada regida pela concepção técnica de progresso, a autoridade e a razão foram explicitamente transferidas do indivíduo para a maquinaria, tecnologia e organização social. Surge, assim, uma nova forma de repressão das faculdades humanas consideradas inferiores: o aparato técnico é utilizado como instrumento de dominação da natureza, tanto externa quanto interna ao ser humano. Marcuse afirma que existem três níveis de dominação: a auto dominação do indivíduo sobre a sua própria natureza, “em seguida, a dominação sobre o trabalho prestado pelos indivíduos assim disciplinados e dominados, e em terceiro lugar, a dominação sobre a natureza externa: ciência e técnica.”²²

Como pode, então, haver felicidade nesta sociedade se “a satisfação nunca deve ser

²¹ Utilizamos uma tradução portuguesa que menciona a palavra autoridade. Escrito originalmente em alemão, esse ensaio de Marcuse teve tradução para o inglês autorizada pelo filósofo. No original alemão e na tradução inglesa, constam, em vez de *autoridade*, a palavra *dominação*. No nosso entendimento, a autoridade pressupõe o domínio dos impulsos e isso nos faz optar por conservar o termo autoridade, tal como aparece na tradução portuguesa.

²² MARCUSE, H. Teoria das pulsões e liberdade, p. 122.

aquilo que constitui o conteúdo e o espaço da liberdade”²³? Segundo Marcuse, esses conceitos se realizam apenas na negatividade, isto é, a liberdade significa renunciar à necessidade humana de satisfazer-se e, por isso, ela só pode ser uma liberdade infeliz. Significa ainda transcender a satisfação individual em busca de algo maior, isto é, a necessidade social enquanto o universal que impõe o sacrifício do particular para se realizar. A felicidade, por sua vez, existe apenas de forma passageira, superficial e administrada, na medida em que o indivíduo consegue satisfazer as necessidades socialmente impostas a ele e assim é recompensado e se satisfaz a si mesmo com os objetos que também foram socialmente predeterminados para esse fim. “Mas, desde então, toda a felicidade é apenas felicidade social, e a liberdade do homem aumenta no campo da não-liberdade.”²⁴ Em resumo, a concepção de progresso que conduz a marcha da humanidade na contemporaneidade considera a frustração, a repressão e até mesmo a guerra, condições mais úteis do que a paz, a alegria e a satisfação humana. Mas, qual a origem dessa visão? Ela surge mesmo na era moderna ou sempre esteve presente na história da humanidade?

Aqui estamos no centro da problemática freudiana. Segundo Freud, nem a felicidade nem a liberdade são produto da civilização. Felicidade e liberdade são incompatíveis com a civilização. O desenvolvimento da civilização está fundado na opressão, restrição, recalque das pulsões sensuais, sendo impensável sem uma transformação repressiva das pulsões. E isso pela razão – segundo Freud – evidente e imutável de que o organismo humano, regido originariamente pelo “princípio de prazer”, nada mais quer do que evitar a dor e obter prazer, e a civilização não pode permitir esse princípio²⁵

Marcuse afirma que a teoria freudiana das pulsões possui um grande alcance político e que “[...] a sua concepção, na aparência puramente biológica, é no fundo uma concepção sócio-histórica”²⁶. Além disso, para Marcuse, o pensamento de Freud constitui o esforço de um racionalista em demonstrar que o avanço da condição da humana pressupõe a subordinação de suas forças irracionais à razão desde as suas origens. Segundo a teoria das pulsões de Freud, três princípios fundamentais determinam o aparelho psíquico humano: Eros, pulsão de morte e o mundo exterior. O organismo humano é originalmente regido pelo princípio de prazer. Este princípio está presente de modo ilimitado nos primeiros estágios de desenvolvimento do aparelho psíquico humano e representa um momento histórico pré-civilizatório, no qual a vida humana se baseava na satisfação plena das necessidades e dos desejos da forma mais prazerosa possível. O princípio de prazer nada mais é do que a busca

²³ MARCUSE, H. A noção de progresso à luz da psicanálise, p. 103.

²⁴ MARCUSE, H. Teoria das pulsões e liberdade, p. 112.

²⁵ MARCUSE, H. A noção de progresso à luz da psicanálise, p. 106.

²⁶ MARCUSE, H. Teoria das pulsões e liberdade, p. 103.

pelo prazer pleno através das pulsões e “[...] as pulsões aspiram à resolução agradável das tensões, à satisfação não-dolorosa das necessidades. Mas resistem, de maneira primária, à limitação e à sublimação do prazer, ao trabalho não-libidinal.”²⁷ As duas pulsões que regem o organismo humano através do princípio de prazer são denominadas Eros e pulsão de morte. Eros é o impulso que direciona o organismo na busca por prazeres mais intensos e duradouros possível. Também chamado pulsão de vida, tem a função de preservar a vida por meio da satisfação plena das necessidades primitivas, evitando sempre a dor e o desprazer sem importar-se com a moral e com os tabus. Sua natureza é libidinal e sexual, busca o prazer pela sensibilidade e pela utilização do corpo de forma integral e, por isso, também tem a função de unir os indivíduos em unidades cada vez maiores. A pulsão de morte, por sua vez, é o impulso que busca evitar a dor e o desprazer destruindo o que gera o conflito e tensão, ou seja, por meio da aniquilação da vida e regressão ao estado pré-natal no qual todas as necessidades eram satisfeitas de forma plena e indolor.

Como essas pulsões atuam originalmente de forma ilimitada, elas não são favoráveis à convivência social regida por regras morais, nem à sociedade que se desenvolve através do trabalho regido pelo princípio de produtividade. É preciso, então, que as pulsões sejam limitadas e transformadas pelo mundo exterior, ou seja, pelo princípio de realidade, para que as suas forças sejam redirecionadas às atividades que satisfaçam as necessidades sociais, como o trabalho desprazeroso. “Para que haja cultura e civilização é preciso que o princípio de prazer seja substituído por um outro princípio que permita e mantenha a sociedade: o princípio de realidade. [...] Neste sentido o princípio de realidade é idêntico ao princípio de progresso.”²⁸ O princípio de realidade representa a renúncia ao princípio de prazer, que naturalmente rege o organismo humano, e a sobreposição do primeiro sobre o segundo, tendo como consequência uma transformação profunda na esfera psicológica dos indivíduos, tornando-os capazes de atuar como instrumentos de trabalho socialmente útil.

Como essa transformação acontece? Marcuse encontra em Freud a explicação sobre a origem da repressão no indivíduo e na sociedade, respectivamente desenvolvidas sob os nomes de ontogênese e filogênese. Baseado na tragédia Édipo Rei de Sófocles, Freud elaborou o famoso complexo de Édipo, abordando, por meios simbólicos, os conceitos de liberdade, autoridade e poder. Nesta hipótese antropológica, a figura paterna é a representação

²⁷ MARCUSE, H. Teoria das pulsões e liberdade, p. 111.

²⁸ MARCUSE, H. A noção de progresso à luz da psicanálise, p. 108.

do poder despótico. A ordem na horda primordial é estabelecida e legitimada despoticamente por uma divisão hierárquica que concede ao pai, enquanto o mais forte, o monopólio do poder e do prazer. Ele detém os direitos históricos de usufruir da força de trabalho dos filhos e de monopolizar as mulheres, oferecendo em troca segurança e proteção. A figura paterna é, por isso, invejada e odiada. Um dia os filhos se rebelam e cometem o parricídio. Após a primeira tentativa de satisfação dos irmãos por meio da libertação das pulsões que eram antes limitadas pelo poder patriarcal, falta-lhes, porém, uma figura de autoridade sem a qual não se pode manter a ordem no clã. O assassinato se lhes configura um ato injustificável de destruição da ordem, um crime contra toda a horda e contra eles mesmos. Eles desistem da promessa da liberdade, ao serem arrebatados pelo sentimento de culpa que surge da concessão ao desejo de aniquilar a autoridade paterna e decidem reestabelecer voluntariamente uma nova forma de uma autoridade instituída na moralidade e nos tabus. A autoridade, que antes era representada pelo patriarca, é transferida para a moralidade, que é interiorizada pelos filhos e demais indivíduos, dando origem à consciência moral, à cultura e à civilização imposta de forma autônoma por eles, isto é, a autoridade agora é exercida por cada um deles sobre si mesmos sem necessidade de existir a figura paterna propriamente dita. “A repressão das pulsões torna-se obra voluntária e interiorizada dos indivíduos.”²⁹ E, ao ser interiorizada, a dominação torna-se mais universal, ou seja, converte-se em dominação racional.

Mas como essa dominação se perpetua nos seres humanos, isto é, como essa autoridade expressa nas leis morais é interiorizada por um indivíduo que acaba de nascer? De acordo com o pensamento de Freud, a assimilação da moralidade acontece através do desenvolvimento da estrutura psíquica do ser humano, que é dividida em três instâncias. A primeira instância, a mais profunda, é denominada ID e representa o inconsciente e os instintos primários. Nele se encontram Eros e pulsão de morte. O ID ainda não é afetado pela moral, nele reina o princípio de prazer e a livre satisfação de seus impulsos. Ele começa a se modificar ao entrar em contato com o mundo externo, no qual um mínimo de frustração é inevitável. Essa condição conflituosa leva o indivíduo a reorganizar-se e desenvolver-se gradualmente até constituir o Ego, a segunda instância. O Ego refreia os impulsos do ID, sendo o mediador entre este e o mundo externo e, por isso, também protege o ID de sua própria impulsividade e da possibilidade de se autodestruir quando entra em conflito com a realidade. Assim, o Ego tem a função de autopreservação da vida a partir das condições

²⁹ MARCUSE, H. A noção de progresso à luz da psicanálise, p. 113.

impostas pelo mundo externo e nele o princípio de prazer é substituído pelo princípio de realidade, sendo este um modo alterado, ou social, de satisfazer o ID e suas pulsões. Porém, o Ego não é capaz de reprimir totalmente o inconsciente, fazendo-se necessária uma moral mais forte, imposta pelo Superego, a terceira instância. Desde a infância, a partir da dependência das crianças para com os pais, a moral e as regras sociais e culturais são transmitidas de pai para filho. As atitudes espontâneas das crianças vão sendo substituídas por reações automáticas quando elas são punidas por se comportarem de modo diferente do pré-estabelecido. Posteriormente, a dominação repressiva das pulsões passa a ser transmitida no âmbito social e político, por meio de outras figuras de autoridade, como, por exemplo, através da institucionalização da religião, que declara poderes supremos e ilimitados a um único Deus-Pai, representante dos direitos históricos do pai primordial. É preciso dizer que, do início ao fim, as mulheres são sujeitas a um grau mínimo de autoridade. Quando o indivíduo se torna consciente da moralidade, a vontade de transgredir as regras sociais traz à tona o sentimento de culpa que foi introjetado pelo Superego. O Superego é, portanto, a instância responsável pela repressão exercida pelo sujeito sobre o seu inconsciente.

[...] na teoria freudiana das pulsões: o Super-Ego assimila os modelos autoritários – o pai e os seus representantes – e faz das suas ordens e das suas proibições as suas próprias leis, a sua própria consciência moral. A fiscalização das pulsões torna-se, então, obra própria do indivíduo: a autonomia.³⁰

A dialética da dominação paterna formulada por Freud é uma imagem do momento histórico no qual a sobreposição do princípio de realidade sobre o princípio de prazer é, não apenas consentida, mas também considerada favorável e necessária ao progresso da humanidade. Essa situação condiciona psicologicamente os sujeitos a aceitarem e interiorizarem uma autoridade fundada em leis morais estranhas às pulsões que atuam neles mesmos. A proibição do incesto é um dos maiores tabus da humanidade e pode ser considerada a marca da passagem da natureza humana para cultura. Para Eros, essa lei moral impõe aos filhos a superação do complexo de Édipo desde a infância, iniciando neles o processo de interiorização da autoridade paterna, que detém o monopólio do prazer feminino. Preservar a vida significa, então, conseguir adaptar-se à realidade tal como ela se apresenta. Como não é mais possível encontrar o prazer que Eros busca de forma integral, em todas as atividades e relações que o indivíduo realiza e estabelece na vida, a sexualidade pré e extragenital perde o seu sentido, a natureza libidinal dessa pulsão é limitada à relação sexual

³⁰ MARCUSE, H. Teoria das pulsões e liberdade, p. 105.

restrita às genitálias e posta a serviço da reprodução. O casamento e a família patriarcal monogâmica são vistos como a manifestação moralmente aceita da energia sexual. Eros é enfraquecido e não pode mais comandar o corpo integralmente. Assim a energia erótica do indivíduo se sujeita à sua transformação em energia socialmente útil, ou seja, ela é direcionada para a realização do trabalho desprazeroso. Para a pulsão de morte, a proibição do incesto representa a sua derrota, visto que ela encontra no desejo incestuoso do filho pela mãe a expressão da sua finalidade, isto é, retornar ao estado pré-natal no qual a existência pode ser mais prazerosamente satisfeita do que na própria vida. A transformação da pulsão de morte em energia socialmente útil faz com que o indivíduo utilize a consciência moral interiorizada nele como uma força agressiva e destrutiva que, junto à tendência a aniquilar a vida presente nesta pulsão, é direcionada para a destruição da vida de outros indivíduos, daqueles que representem os inimigos declarados da cultura, uma ameaça à autoridade moral socialmente estabelecida.

O resultado da transformação repressiva das pulsões é também o surgimento de uma subjetividade fraca e favorável à aceitação do *trabalho alienado* – aquele que impede a satisfação do indivíduo – como um fato comum da vida. Para satisfazer as necessidades sociais impostas pelo princípio de progresso, toda a vida tem de ser organizada em torno do trabalho, e mesmo o modo como o tempo é sentido e vivido nessa sociedade é determinado por ele. “O tempo é compreendido como linear ou como uma curva infinitamente ascendente, como um devir que deprecia a simples existência.”³¹ O tempo linear é o tempo do relógio, o tempo do trabalho e a este se contrapõe o tempo pleno. Considerando que o indivíduo nunca pode satisfazer-se plenamente na vida regida pelo princípio de progresso, o passado lhe aparece como um tempo sem volta no qual a insatisfação foi insuperável e assim o passado determina o presente, que é vivido com medo de que o futuro incerto aconteça do mesmo modo. O tempo de satisfação plena nunca chegará em vida, ele só pode ser imaginado como um momento que não compreende a existência humana. O único modo de existência possível ao indivíduo nesta realidade é o de existir como um instrumento de trabalho. Assim, a reificação do sujeito o coloca em uma condição moderna de servidão que faz do ser humano um ser-coisa. Apesar de pensar, movimentar-se e se alimentar, ele tem a sua existência totalmente direcionada e dependente do trabalho. O tempo das máquinas é transferido aos seres humanos, que trabalham no ritmo das coisas pelas quais trabalham. “É geralmente aceito

³¹ MARCUSE, H. A noção de progresso à luz da psicanálise, p. 105.

que movimentos interdependentes executados por um grupo de pessoas que seguem um ritmo padrão produzem satisfação – independente do que está sendo executado pelos movimentos.”³² Marcuse cita o sociólogo Charles Walker na sua obra *O Homem Unidimensional*, para demonstrar que o desvio da energia libidinal para o trabalho desprazeroso encontra no ritmo das máquinas a satisfação que o indivíduo não pode mais obter integralmente na vida. Assim, o ritmo das máquinas entorpece o indivíduo tão profundamente, que domina não apenas o seu corpo, mas a sua esfera espiritual e até mesmo a sua alma.

A racionalidade tecnológica: implicações sociais da técnica e tecnologia moderna

O que dizer, então, a respeito das máquinas, das técnicas e da tecnologia? Em “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna”, Marcuse expõe a sua visão sobre a dupla face da tecnologia, isto é, por um lado ela é potencialmente um instrumento de libertação, que poderia livrar a humanidade da necessidade de trabalhar árdua e incessantemente para a sobreviver e, por outro lado, ela aprisiona e oprime os seres humanos. É importante entender que a crítica do filósofo à tecnologia não é feita no sentido de recusá-la em absoluto. Ele reconhece as melhorias que ela proporcionou – e as que ainda pode proporcionar à humanidade – e vê no seu uso consciente a possibilidade de efetivar o salto qualitativo na vida humana. A sua crítica gira em torno do que as conquistas tecnológicas da sociedade industrial avançada envolvem, o fato de que neste modelo de sociedade a tecnologia serve também, e principalmente, para anestesiar o pensamento crítico dos indivíduos e a consciência deles sobre a possibilidade de uma realidade qualitativamente melhor. Em resumo, Marcuse critica a utilização da tecnologia para conservar a repressão humana e impedir a sua libertação.

Atualmente, o poder político afirma-se por meio de seu poder sobre os processos mecânicos e sobre a organização técnica do aparato. O governo das sociedades industriais avançadas e em desenvolvimento só pode se manter e se garantir quando tem êxito em mobilizar, organizar e explorar a produtividade técnica, científica e mecânica, disponível na civilização industrial. E essa produtividade mobiliza a civilização industrial como um todo, acima e além de qualquer indivíduo particular ou interesses de grupo. O fato brutal de que o poder físico (somente físico?) da máquina ultrapassa aquele do indivíduo, e de qualquer grupo particular de indivíduos, faz da máquina o mais efetivo instrumento político em qualquer sociedade cuja organização básica seja aquela do processo maquinal.³³

³² WALKER, Charles R. *Toward the Automatic Factory*, p. 104.

³³ MARCUSE, H. *O Homem Unidimensional*, p. 43.

Naquele mesmo artigo, o autor diferencia técnica de tecnologia. A técnica é considerada uma parte ou um fator que compõe a tecnologia. Também podemos encontrar a expressão aparato técnico, sendo que o termo aparato significa artefato, aparelho ou dispositivo utilizado para um fim específico, podendo designar, então, as instituições e organizações da indústria em sua situação social dominante. Já a tecnologia é definida por ele como um processo social no qual os indivíduos direcionam a aplicação e utilização do aparato técnico, definindo assim o modo de produção vigente, as relações sociais e os padrões de pensamento e comportamento individual. Ele inclui ao conceito de tecnologia “a totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina [...]”³⁴, e essa associação do conceito de tecnologia com maquinaria é uma influência do pensamento de Lewis Mumford.

A partir dessa distinção, Marcuse afirma que “a técnica por si só pode promover tanto o autoritarismo quando a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância, tanto o aumento quanto a abolição do trabalho árduo.”³⁵ Mas quando a técnica está dentro de um processo social que a utiliza para fins repressivos que buscam a dominação e o poder, afirmar a sua neutralidade converte-se em um argumento que só pode servir para reforçar o seu caráter autoritário. Quando a técnica é utilizada a serviço de governos – os totalitários e os democráticos – como fator de legitimação de seu poder, ela também é chamada por Marcuse de tecnocracia. Segundo o autor, o Terceiro Reich é um dos maiores exemplos de tecnocracia e “dos modos pelos quais uma economia altamente racionalizada e mecanizada, com máxima eficiência na produção, também pode operar o interesse da opressão totalitária e da escassez continuada.”³⁶

A relação entre razão e tecnologia e a forma como a nova racionalidade se apresenta na sociedade industrial avançada é central para entender como a tecnologia serve para aprisionar e oprimir os seres vivos. Neste contexto, o mundo foi racionalizado pela tecnologia. Além da produtividade, ela promove muita eficiência para a vida humana. O conceito de eficiência dialoga com as transformações da vida no âmbito privado, na organização do trabalho e na administração da sociedade. A eficiência se faz presente no surgimento de máquinas cada vez mais automáticas, que permitem ao trabalhador produzir mais com menos desgaste físico em relação à época liberal. Além disso, nota-se a capacidade

³⁴ MARCUSE, H. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna, p. 73.

³⁵ MARCUSE, H. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna, p. 74.

³⁶ MARCUSE, H. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna, p. 74.

de tornar a vida mais eficiente do ponto de vista administrativo, criando-se legislações sobre o trânsito, escolas, bares, enfim, todos os espaços públicos em geral. A primeira concepção de eficiência está ligada a Max Weber, que desenvolveu o conceito em relação à burocratização da vida no capitalismo organizado. A segunda visão está ligada a Lewis Mumford, que conduziu o conceito pelas engrenagens da maquinaria. Dentro desta realidade, a racionalidade situa-se, portanto, fora do indivíduo, como algo que está presente na forma como a sociedade se organiza e utiliza o aparato técnico. A razão não é mais entendida como uma faculdade humana como na fase incipiente da sociedade industrial, agora ela está presente nas leis morais e gerais, nas convenções e instituições sociais, nas máquinas e demais técnicas existentes. Tudo isso é tecnologia e dirige a vida humana de maneira mais eficiente e produtiva. A tecnologia tornou-se, além de tudo, um fator ideológico que justifica a atual organização da sociedade industrial avançada e a denomina racional.

“A individualidade, no entanto, não desapareceu.”³⁷ O indivíduo econômico livre foi substituído pelo indivíduo eficiente. Apesar de não pertencer mais ao indivíduo como uma faculdade que lhe é própria, a razão, pertencente agora à tecnologia, ainda dirige o seu comportamento e pensamento. Ele precisa entender o funcionamento do aparato técnico e trabalhar para o seu bom desempenho, adaptar-se ao ritmo das máquinas e desenvolver conhecimentos e orientações técnicas úteis para solucionar os problemas que surgirem ao longo do processo maquinário. Todo conhecimento que o sujeito precisa é, pois, de natureza técnica, nada é ensinado para o aperfeiçoamento humano.

Quando a educação questiona a utilidade dos conhecimentos, ela perpetua o modo de existência fundado no trabalho como o único possível, pois aquilo que não é produtivo passa a ser considerado secundário e desimportante. A partir da mesma lógica são determinados os padrões de individualidade socialmente úteis, cujas habilidades e aptidões são desenvolvidas a partir da demanda externa do sistema de produção e consumo. Isso significa que o sujeito é tão administrado quanto as máquinas que ele administra. O sucesso de cada um é medido sempre em comparação à performance dos outros, tendo como referência as metas exigidas pela realidade, a produtividade e a eficiência. O padrão é externamente determinado e coloca os indivíduos em competição para ver quem se adapta melhor. Mumford desenvolveu a ideia de personalidade objetiva, retratando o modo de existência no qual, desde o nascimento, o indivíduo é completamente orientado por tudo que lhe é externo, nunca por ele mesmo tendo

³⁷ MARCUSE, H. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna, p. 78.

como referência sua própria subjetividade. Os testes vocacionais são um exemplo de orientação da vida com base em performances preexistentes e da adaptação individual aos padrões sociais.

A racionalidade individualista nasceu como uma atitude crítica e de oposição que derivava a liberdade de ação da liberdade irrestrita de pensamento e consciência e media todos os padrões e relações sociais pelo interesse próprio racional do indivíduo. Ela transformou-se na racionalidade da competição em que o interesse racional foi substituído pelo interesse do mercado, e a conquista individual foi absorvida pela eficiência. Acabou em submissão padronizada ao aparato que ela própria criou e que tudo abrange. Este aparato é a personalização e o túmulo da racionalidade individualista, mas esta última exige agora que a individualidade desapareça. Racional é aquele que mais eficientemente aceita e executa o que lhe é determinado, que confia seu destino às grandes empresas e organizações que administram o aparato.³⁸

É importante ressaltar que tudo isso não acontece a partir de um ato de violência física, mas de uma imposição progressiva, gradativa de padrões de comportamento e pensamento que são interiorizados pelos indivíduos desde os primeiros anos de educação na família e na sociedade e que se concretizam posteriormente na organização do trabalho. De fato, todos os estágios são organizados a fim de atender às demandas do mercado de trabalho, a educação também é direcionada para esse fim e mesmo a estrutura interna do indivíduo é formada para aceitar a educação e o trabalho desprazeroso e castrador. E tudo é feito de modo estratégico e organizado pela psicologia industrial, que conhece bem as emoções humanas e sabe como manipulá-las.

3 – Apreensão e discussão dos conceitos

A Ideologia é a chave da unidimensionalidade

Tendo passado por alguns textos de Marcuse que expõem conceitos fundamentais desenvolvidos pelo autor, chegamos agora à sua obra *O Homem Unidimensional*, de 1964. Esta obra constitui um estudo sobre como a ideologia atua na sociedade industrial avançada, sendo a principal referência para descrever o atual estágio em que ela se encontra em consequência do seu desenvolvimento histórico e da forma como ela se organiza, descritos anteriormente. Os homens e mulheres que vivem nesta sociedade são a encarnação do homem unidimensional. E o que significa ser um homem unidimensional? Significa ser um sujeito que se identifica imediatamente com a sua sociedade e não pensa de forma crítica sobre a

³⁸ MARCUSE, H. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna, p. 97.

realidade na qual está inserido. Só consegue interpretá-la positivamente, isto é, acreditar e confiar que suas motivações e sua organização possuem uma razão inquestionável de ser, desconsiderando totalmente as demais possibilidades de existência. Indica alguém que tem o pensamento e a expressão limitados por uma linguagem que só alcança conceitos subvertidos e condicionados a sustentar o *status quo*, não encontrando maneiras de manifestar-se contra isso. Sugere, ainda, aquele que segue as direções que esta organização social indica como o caminho de sucesso para a vida individual, como se ela fosse, de fato, a encarnação da Razão; aquele que se contenta com o que a tecnologia oferece para o consumo e se identifica sem reservas com a cultura e as mercadorias padronizadas e distribuídas massivamente para a população. Consiste, além do mais, em ignorar o fato de que esta organização pressupõe a miséria de uns para sustentar o alto padrão de vida de outros. Ou pior, reconhecer esse fato e considerá-lo insolúvel, banal, ou mesmo natural na evolução da sociedade, sendo esta a esfera universal que sacrifica suas particularidades em favor de um propósito maior. *O homem unidimensional* retrata aquele sujeito que não se atenta para outra questão: existe já uma realidade técnica e materialmente abundante a partir da qual a escassez e a labuta não são mais condições irremediáveis, mas sim problemas estruturais que possuem solução. O ser humano não precisa mais trabalhar exaustivamente para acessar esses recursos, há conhecimento suficiente para utilizar a natureza e o trabalho humano de forma justa e pacífica. É, pois, crescer acreditando que todas as possibilidades de existência se encerram nas que estão disponíveis dentro desta sociedade e tornar-se um homem unidimensional pelo fato de viver em uma sociedade que também é unidimensional.

A sociedade unidimensional reduz todas as formas de oposição a ela às alternativas dentro do *status quo*. Ela refreia o desenvolvimento individual para que os sujeitos não sejam conscientes de que mudanças mais profundas são possíveis e para que aquilo que não estiver adequado à sua realidade seja considerado utópico. A sofisticação dos mecanismos de coesão social utilizados para silenciar todas as formas de oposição à sociedade industrial avançada revela-se no modo como a ideologia foi inserida no seu processo produtivo e relaciona-se com as bases materiais. Isso significa que “a cultura industrial avançada é *mais* ideológica que a sua predecessora”³⁹, através do seu aparato produtivo ela vende toda espécie de produtos e serviços que “trazem consigo atitudes e hábitos prescritos, certas reações intelectuais e emocionais que unem os consumidores mais ou menos prazerosamente aos produtores e, por

³⁹ MARCUSE, H. *O Homem Unidimensional*, p. 49. (itálico no original).

meio destes últimos, ao todo.”⁴⁰ Uma grande variedade de objetos de consumo transforma-se em necessidades de primeira ordem à medida que promovem conforto e satisfação para um número cada vez maior de pessoas. Assim, a distinção entre necessidades verdadeiras e falsas parece existir apenas teoricamente, pois as mercadorias compõem agora os desejos mais profundos de todos os indivíduos. A cultura também tem um papel fundamental dentro desse processo. Os conteúdos que circulam na televisão, no rádio e nas manifestações artísticas como o cinema, a música e a literatura, retratam os padrões estéticos e comportamentais que correspondem ao estilo de vida que o mercado industrial pretende vender. Se, por exemplo, a protagonista de alguma telenovela usa determinadas roupas e modos de se embelezar, logo os elementos que compõem esse padrão estético serão os objetos de consumo mais desejados por todas as mulheres. Assim como o carro do galã de um filme torna-se a marca de um homem charmoso e bem-sucedido. Vários exemplos poderiam ser descritos, incluindo todo tipo de mercadoria, hábito ou comportamento. Além disso, o ideal representado pelas manifestações artísticas, isto é, os temas que compunham a cultura superior, que abordam a vida correta, a boa sociedade, a justiça e a igualdade, agora materializam-se por meio da cultura industrial e se tornaram acessíveis na realidade, levando os indivíduos a acreditarem que essa sociedade realiza aqueles ideais burgueses.

A cultura superior é cronologicamente pré-tecnológica e esteve acessível apenas a uma pequena parcela privilegiada da população nos primórdios da era liberal. Ela era a expressão de uma vida bidimensional, porque colocava-se em contradição com a realidade e apresentava outra existência além da vida cotidiana, afastada do mundo dos negócios e das mazelas sociais. De fato, ela representava uma existência ilusória, mas que era capaz de trazer à tona os problemas da realidade e a consciência sobre a infelicidade vivida no cotidiano, através da sua comparação com outras formas mais elevadas de existência. Nisso consistia a sua verdade, na crítica à realidade e na sublimação da vida humana. Marcuse afirma que a sublimação artística requer um alto grau de compreensão da realidade e autonomia individual. Na sociedade industrial, entretanto, as formas sublimadas da existência foram integradas à realidade unidimensional que, por meio da indústria, torna disponível ao consumo material tudo aquilo que é ideal em seus valores culturais, com o objetivo que ofuscar a compreensão individual sobre a totalidade social e impossibilitar outras formas de existência, mesmo que somente por meio da imaginação. Nada supera a realidade quando a sua materialidade se

⁴⁰ MARCUSE, H. *O Homem Unidimensional*, p. 49.

torna tão sedutora, interessante e desejável quanto os elementos sublimes que antes estavam presentes apenas na cultura superior. As manifestações artísticas são, então, repressivamente dessublimadas e transformadas em lazer e entretenimento, assim como toda a vida, que é envolvida por uma consciência feliz sustentada através do hábito do consumo e do trabalho alienado, que consola os indivíduos e os leva a aceitar as condições repressivas desta sociedade. De fato, “se os meios de comunicação de massa misturam harmoniosamente, e muitas vezes imperceptivelmente, arte, política, religião e filosofia com comerciais, eles trazem esses domínios da cultura ao seu denominador comum – a forma mercadoria.”⁴¹ Esses meios de comunicação de massa também atingem cada vez mais pessoas e aproximam os seus modos de pensar, descansar, divertir-se e se satisfazer, enfim, o modo com elas entendem e vivem a realidade.

A ideologia tem ainda um papel mais profundo na unidimensionalidade desta sociedade, revelando de forma mais perceptível os aspectos políticos da racionalidade tecnológica. O desenvolvimento do método científico também acompanha a lógica repressiva através da sua tendência de tratar os conceitos a partir de um empirismo total. Isso significa que aqueles conceitos que não possuem representação empírica ou que não se traduzem em operações e comportamentos são rejeitados. Para entender o que é o pensamento operacional, Marcuse cita Bridgman: “[...] o conceito de extensão implica nem mais nem menos que o conjunto de operações pelas quais a extensão é determinada.”⁴² Socialmente, esse modo de pensar envolve “[...] uma mudança de grande alcance em todos os nossos hábitos de pensamento, porque não mais nos permitiremos usar como instrumentos conceitos para os quais não se pode dar uma justificativa em termos operacionais.”⁴³ Essa limitação do pensamento engloba a ciência, a filosofia, a psicologia, a sociologia e a linguagem em geral, ou seja, as ciências humanas estão impedidas de lançar mão de conceitos que perturbam a lógica da racionalidade técnica, que é baseada no operacionismo, na quantificação e matematização do mundo. A pena que essas ciências sofrem, quando formulam possibilidades que transcendem a ordem estabelecida, é de serem julgadas utópicas. A transcendência histórica, isto é, o ir além da condição político-social historicamente determinada por esta organização, é considerada uma possibilidade ilusória e fantasiosa que a ciência e a economia, com a sua verdade técnica, fundamentada em cálculos, quantificações e previsões baseadas na

⁴¹ MARCUSE, H. *O Homem Unidimensional*, p. 86.

⁴² BRIDGMAN, P. W. *The Logic of Modern Physics*, p. 5.

⁴³ *Ibid.*, p. 31.

observação empírica da sociedade repressiva, não aceitam. A transcendência histórica, ao usar conceitos que não são operacionais, é considerada transcendência metafísica e é, então, negada. Essa eliminação de determinados modos do pensamento se reflete no comportamento humano e é um exemplo de como a racionalidade vigente limita o pensamento e, assim, cancela oficialmente todas as formas de oposição que exprimem possibilidades de existência que transcendem a realidade unidimensional.

Na vida cotidiana, o nivelamento de classes também exerce um papel muito importante enquanto estratégia ideológica capaz de conciliar esferas da realidade que antes se encontravam em oposição. Quando todos os indivíduos, independente da classe social, passam a desejar e consumir os mesmos objetos e seguir os mesmos valores culturais, acontece uma integração total entre os membros da sociedade e a realidade tecnológica. Ao identificar-se imediatamente e sem reservas com as suas mercadorias, com suas casas, carros e aparelhos domésticos, cada indivíduo passa a pensar e comportar-se a partir da *mimese* da sociedade unidimensional. Isso significa que a individualidade do sujeito enfraquece, ou seja, a dimensão privada, que o diferencia do que lhe é exterior, diminui. Não é mais necessário um Eu, um Ego para atuar na relação entre a sua esfera interior e a realidade externa, pois agora o indivíduo tem uma relação imediata com a realidade social da qual faz parte. O resultado disso é a perda da sua capacidade crítica de pensamento, pois “a dimensão ‘interior’ da mente (*mind*), na qual a oposição ao *status quo* pode se enraizar, é reduzida. A perda dessa dimensão [...] é a contraparte ideológica do próprio processo material pelo qual a sociedade industrial silencia e reconcilia a oposição.”⁴⁴ Outro resultado é o desenvolvimento da personalidade objetiva, como descrita por Mumford, isto é, personalidades padronizadas e sem autonomia que compõem uma massa totalmente subordinada às regras, leis e autoridades sociais. Esta é, então, uma sociedade de massa, que está em plena contradição com a sociedade burguesa. A noção de indivíduo perdeu o seu sentido original diante da padronização que torna os sujeitos, ao mesmo tempo, idênticos e isolados. Todos possuem objetivos, desejos e aspirações iguais e competem entre si para alcançá-los. Ninguém anseia por uma mudança social que traga uma nova ordem, mas todos concentram-se na possibilidade de alcançar uma posição de prestígio dentro a ordem estabelecida. A uniformidade se faz presente na tentativa de cada um de se autopreservar dentro desta ordem e alcançar os objetivos socialmente traçados.

Aqui, o assim chamado nivelamento de classes revela sua função ideológica.

⁴⁴ MARCUSE, H. *O Homem Unidimensional*, p. 49.

Se o trabalhador e seu chefe se divertem com o mesmo programa de televisão e visitam os mesmos lugares de lazer e descanso, se a datilógrafa está tão atraentemente maquiada quanto a filha do patrão, se o negro possui um Cadillac, se todos leem o mesmo jornal, então essa assimilação indica não o desaparecimento das classes, mas a extensão na qual as necessidades e satisfações que servem para a preservação do *Establishment** são partilhadas por toda a população subjacente.⁴⁵

A noção de alienação torna-se questionável a partir do momento em que os sujeitos se identificam completamente com as suas mercadorias e demais aspectos da existência nesta realidade. Marcuse afirma, entretanto, que esta realidade se apresenta como uma forma de alienação em si, mais avançada e totalmente objetiva, ou seja, uma realidade de alienação que abarca toda a existência dentro da sua única dimensão. Assim, este conceito ganha uma nova formulação e a alienação nesta sociedade é denominada alienação objetiva. É preciso dizer que, para Marcuse, o problema não consiste no fato de que as pessoas pertencentes às classes menos abastadas possam agora usufruir das vantagens que as técnicas oferecem. O problema compreende que as vantagens advindas do progresso técnico têm transformado os indivíduos em objetos de uma administração e alienação objetiva da realidade, visto que esse progresso serve como justificção desse sistema econômico-político, e como afirmação dele enquanto modelo mundial, escondendo outras questões que estão por trás da sua organização: a guerra e a repressão. Isso leva à falta de qualquer oposição e questionamento sobre a realidade por parte de todas as classes, inclusive a trabalhadora, o que é uma característica fundamental da sociedade unidimensional. No capitalismo incipiente, os trabalhadores, apesar de viverem uma condição de escravidão profissional no que diz respeito aos esforços físicos e às condições de trabalho, representavam a oposição e negação da sociedade liberal através da sua própria consciência e existência. Eles não eram indivíduos economicamente livres, não podiam escolher se e como iriam trabalhar, não alcançavam posições de prestígio e valor, nem recebiam o suficiente para consumir produtos que estivessem além de suas necessidades vitais. Em resumo, eles não expressavam seus pensamentos e ações individuais através do trabalho, este era um privilégio dos burgueses e a classe trabalhadora tinha de vender a sua força de trabalho pelo que o mercado pagasse. Mas ela possuía uma autonomia fundada nesta condição, que unia todos os trabalhadores em uma classe consciente da sua existência e por isso capaz de negar a realidade e opor-se a ela. Neste contexto, a realidade também era bidimensional, ou seja, constituída por formas diferentes de existência dentro da mesma sociedade.

⁴⁵ MARCUSE, H. *O Homem Unidimensional*, p. 47. (itálico no original).

Na sociedade industrial avançada, essa condição é muito diferente. Marcuse cita quatro fatores principais que transformaram decisivamente a condição da classe trabalhadora na sociedade industrial e que dialogam com as ideias de Marx sobre essa classe e a sua função social. Em primeiro lugar, Marcuse diz que “a mecanização está reduzindo crescentemente a quantidade e a intensidade de energia física despendida no trabalho”⁴⁶, o que toca no conceito marxiano de proletário, visto que o entendimento deste compreende o trabalhador braçal que despende força física durante o trabalho. A mecanização substitui o trabalho braçal pelo esforço mental, modificando a condição do trabalhador, mas sustentando a sua exploração. Em segundo lugar, surge uma nova estratificação ocupacional que desloca muitos trabalhadores da linha de produção para atividades burocráticas. A realidade técnica das máquinas, além de ser um sistema de ferramentas de trabalho, é, também, um sistema de relações interindividuais que integra o trabalhador “com outras profissões que sofrem e dirigem o conjunto técnico”⁴⁷. Essa integração diminui a autonomia profissional do trabalhador no sentido de tirar dele a sua força de negação, que antes estava ligada à sua identificação com uma classe na qual todos viviam as mesmas condições de trabalho. Essa mudança a partir realidade técnica também compromete a teoria de Marx sobre a mais-valia, pois não se pode mais medir a produção de um trabalhador isolado, agora a produtividade é determinada pelas máquinas. Em terceiro lugar, as “mudanças no caráter do trabalho e dos instrumentos de produção mudam a atitude e a consciência do trabalhador [...]” e resultam na “‘integração social e cultural’ da classe trabalhadora com a classe capitalista.”⁴⁸ Os diversos benefícios sociais oferecidos aos trabalhadores pelas empresas motivam o interesse deles em participar ativamente dos empreendimentos capitalistas. Marcuse contraria afirmações marxistas que dizem que a mudança acontece apenas na consciência do trabalhador e afirma mudanças na sua existência social, integrando-o aos capitalistas através da “[...] assimilação nas necessidades e aspirações, no padrão de vida, nas atividades de lazer e na política”; e tudo isso “deriva de uma integração *na própria fábrica*, no processo material de produção.”⁴⁹ Por último, “o novo mundo do trabalho tecnológico reforça assim o enfraquecimento da posição negativa da classe trabalhadora: esta não parece mais ser a contradição viva da sociedade estabelecida.”⁵⁰ Assim, o que antes se constituía como dominação num mundo bidimensional, aparece agora como administração na sociedade unidimensional. O sistema organiza a

⁴⁶ MARCUSE, H. *O Homem Unidimensional*, p. 59.

⁴⁷ MARCUSE, H. *O Homem Unidimensional*, p. 62.

⁴⁸ MARCUSE, H. *O Homem Unidimensional*, p. 63.

⁴⁹ MARCUSE, H. *O Homem Unidimensional*, p. 63. (itálico no original).

⁵⁰ MARCUSE, H. *O Homem Unidimensional*, p. 65.

produção e o trabalho de modo impessoal. Não há nenhum responsável por isso, pelo contrário, existem muitos trabalhadores organizados dentro da enorme hierarquia burocrática dirigida pela razão tecnológica.

As políticas do Estado de bem-estar social também são responsáveis pelas mudanças que aconteceram na existência social dos trabalhadores. Elas possibilitaram melhorias no padrão de vida desta classe a partir da ampliação da produtividade e do consumo e, por isso, alimentam a ideologia desta sociedade e refreiam mudanças radicais. Este é um Estado de não-liberdade que busca a total administração através da restrição do tempo livre, da quantidade e qualidade dos bens e serviços, que satisfazem necessidades individuais vitais, e da restrição da inteligência responsável pela autodeterminação. Nessa direção seguem também os interesses políticos que outrora estavam em conflito entre as diferentes classes: conciliando-se por meio da defesa da ideologia baseada no consumo padronizado de todo conteúdo material e cultural, produzido e distribuído em larga escala, e propagados pelos meios de comunicação de massa. Portanto, o nivelamento de classes silencia a oposição que a realidade da classe trabalhadora antes exercia em si, mas apresenta-se à vida cotidiana como algo desejável e racional.

É possível, então, que a classe trabalhadora seja o sujeito histórico da mudança social na sociedade unidimensional? A abordagem clássica marxista afirma a tensão entre capital e trabalho e mostra que o incentivo ao lucro produz uma massa de miseráveis, que é a classe trabalhadora. Entretanto, no capitalismo avançado do século XX, o incremento ao padrão de vida, apesar do lucro e da mais valia, levou à diminuição da massa de miseráveis e à transformação da condição da classe trabalhadora descrita anteriormente. Os trabalhadores estão agora desinteressados por qualquer mudança. Marcuse afirma que, enquanto classe “definida por sua posição determinada no processo produtivo, pela maturidade de sua ‘consciência’ [...], a racionalidade crítica, na forma mais acentuada, é o pré-requisito para a sua função libertadora.”⁵¹ Isto posto, para Marcuse, a classe trabalhadora não é mais o sujeito histórico da mudança social, pois ela está agora integrada à realidade tecnológica e unidimensional e seus pensamentos e atitudes correspondem às exigências político-econômicas desta sociedade.

⁵¹ MARCUSE, H. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna, p. 91.

Utopia, uma realidade possível

De acordo com a perspectiva apresentada por Freud, a cultura e a civilização desenvolveram-se desde seus primórdios sob o domínio de um poder e uma autoridade despótica. A introjeção da repressão nos homens e na sociedade é, no pensamento freudiano, inevitável para o desenvolvimento da cultura e da civilização. Marcuse, por sua vez, enxerga nela um limite bem determinado. Se a dominação não resulta de uma necessidade natural, se ela é despótica e historicamente determinada, então a transcendência histórica para uma sociedade qualitativamente diferente e melhor apresenta-se como uma possibilidade real.

A sociedade industrial avançada está se aproximando do estágio em que o progresso contínuo exigiria a subversão radical da direção e da organização predominantes do progresso. Esse estágio seria alcançado quando a produção material (incluindo os serviços essenciais) se tornar automatizada até o ponto em que todas as necessidades vitais possam ser satisfeitas enquanto o tempo necessário de trabalho é reduzido a um tempo mínimo. A partir desse ponto, o progresso técnico transcenderia o reino da necessidade, onde ele serviu como o instrumento de dominação e exploração que, assim, limitou sua racionalidade; a tecnologia se sujeitaria ao livre jogo das faculdades humanas na luta pela pacificação da natureza e da sociedade.⁵²

A pacificação da natureza e da sociedade designa a alternativa histórica que Marcuse defende como possível. O termo pacificação é adequado ao contexto histórico determinado pela possibilidade de eclosão de uma nova guerra mundial a partir do conflito ideológico entre o bloco capitalista – representado pelos Estados Unidos, a maior referência de sociedade industrial avançada – e o bloco comunista. Apesar desta situação conflituosa, Marcuse vê nas próprias tendências da sociedade industrial avançada a possibilidade de uma transcendência histórica. Isso é possível a partir da utilização da tecnologia para a mecanização total do trabalho, de modo que o próprio progresso técnico permite à humanidade a libertação da necessidade do trabalho alienado. As bases materiais capazes de suprir as necessidades básicas de cada indivíduo e proporcionar um salto qualitativo encontram-se disponíveis nesta sociedade, mas é preciso que elas sejam postas ao alcance de todos. Os meios qualitativos também devem se tornar disponíveis para o desenvolvimento individual, de modo que toda a população entenda os motivos pelos quais as mudanças são necessárias e possíveis. As bases materiais não são suficientes se a consciência humana não se libertar da repressão que a torna alienada e passiva. É preciso a atuação de todos os indivíduos enquanto seres pensantes e autônomos. Deste modo, a mudança social tem de começar com uma modificação intelectual do pensamento individual, pois as bases materiais já existem, só não são dirigidas por seres

⁵² MARCUSE, H. *O Homem Unidimensional*, p. 53.

humanos livres e dotados de senso-crítico.

É essencial tomarmos conhecimento de que uma tal evolução não decorre simplesmente de um prolongamento ou de uma intensificação das condições e das relações atuais. Pelo contrário, é preciso que um *princípio de realidade qualitativamente diferente* substitua o princípio de realidade repressivo, trazendo consigo uma mudança radical no plano psíquico assim como no próprio plano histórico-social.⁵³

É preciso que as pessoas entendam que o estilo de vida baseado no consumo e sustentado pela ideologia capitalista não é sinônimo de liberdade, ele serve apenas para perpetuar o trabalho alienado, que serve, por sua vez, tanto para que os indivíduos tenham dinheiro e consumam as mercadorias, quanto para que eles as produzam. Esse ciclo é o que alimenta o capital dos grandes detentores do poder tecnológico e, conseqüentemente, do poder político. Em uma nova perspectiva, não haverá nenhum motivo para sustentar o estado de não-liberdade, uma nova hierarquia de valores será determinada, tendo como prioridade a fruição da vida. Os indivíduos serão libertos da sua atual condição de instrumento de trabalho e terão o usufruto do seu corpo como instrumento de prazer. O tempo também estará livre do trabalho alienado, será preenchido por atividades prazerosas e não mais “[...] apareceria como linear, como uma linha eterna ou como uma curva eternamente ascendente, mas como curso circular, eterno retorno, da forma que Nietzsche o pensou como ‘eternidade do prazer’.”⁵⁴ Do mesmo modo, a energia pulsional estaria livre, possibilitando o surgimento de um princípio de realidade compatível com natureza humana.

Marcuse afirma ainda que “a transformação traumatizante do organismo num instrumento de trabalho alienado *não* é a condição psíquica da cultura, enquanto cultura, mas da cultura como dominação, ou seja, de uma forma específica da cultura.”⁵⁵ A cultura pode ser repressiva e fundar-se na autoridade, ou pode ser uma cultura da liberdade, na qual liberdade e felicidade coincidem. Apesar da definição de liberdade decorrer do entendimento de autoridade, existe uma diferença fundamental entre os dois conceitos no que diz respeito à suas determinações histórico-objetivas: um determinado nível cultural fornece determinados meios de satisfação das necessidades dos homens e desenvolvimento das capacidades humanas, provenientes do trabalho. Por conseguinte, existem duas possibilidades. A cultura pode orientar-se para a liberdade ao direcionar as suas conquistas para a satisfação das necessidades individuais. Neste contexto a autoridade se restringiria à divisão do trabalho e

⁵³ MARCUSE, H. A noção de progresso à luz da psicanálise, p. 116. (itálico no original).

⁵⁴ MARCUSE, H. A noção de progresso à luz da psicanálise, p. 118.

⁵⁵ MARCUSE, H. Teoria das pulsões e liberdade, p. 137. (itálico no original).

liberdade e felicidade são idênticas. A outra possibilidade é que as necessidades individuais e as sociais estejam separadas e a satisfação das necessidades individuais esteja subordinada às necessidades sociais, neste caso a cultura funda-se na autoridade. A cultura da sociedade industrial avançada funda-se na autoridade, visto que as necessidades individuais são socialmente determinadas, isto é, são os interesses dos grupos sociais dominantes que definem as necessidades de todos assim como os modos de satisfazê-las. Mas este fato não exclui a possibilidade do seu oposto.

Apesar de bastante otimista, a proposição não é considerada utópica pelo autor. Marcuse entende que a hipótese por ele levantada é chamada de utopia por muitos, mas afirma que, apesar de estar não apenas distante da realidade atual, mas também completamente contrária, este contraste é a marca de algo muito importante. “Quanto menos a renúncia e as restrições são biológica e socialmente necessárias, tanto mais os homens precisam ser transformados em instrumentos de uma política repressiva que os desvia da realização de possibilidades sociais em que teriam pensado por conta própria.”⁵⁶ Isso significa que os esforços para dominar o ser humano e reprimi-lo ao máximo para que ele não cogite a existência de possibilidades melhores, quando empreendidos pela política de um Estado, demonstram por si mesmos que sua organização não é natural, mas criada e dirigida para fins que não correspondem aos desejos naturais do ser humano. “A organização para a paz é diferente da organização para a guerra; as instituições que serviram para a luta pela existência não podem servir para a pacificação da existência. A vida como um fim é qualitativamente diferente da vida como um meio.”⁵⁷ Tendo em vista que a organização social é o resultado de um desenvolvimento histórico, mudar os rumos do progresso é totalmente possível e o que se considera utopia dentro de uma sociedade repressiva é, na verdade, nada menos do que o que a humanidade consegue criar de melhor para si mesma. Marcuse afirma que, mais irresponsável do que divulgar uma utopia fundamentada, é difamar condições e possibilidades realizáveis de utopia.

⁵⁶ MARCUSE, H. A noção de progresso à luz da psicanálise, p. 122.

⁵⁷ MARCUSE, H. *O Homem unidimensional*, p. 54.

Conclusão

Existe uma divergência fundamental entre os aspectos sociais que a sociedade industrial avançada propaga e a sua estrutura econômica. Ela se apresenta como o modelo de realização da sociedade burguesa, mas a sua economia não funciona mais como na fase do capitalismo incipiente. É irracional defender o indivíduo economicamente livre e autônomo neste contexto em que o monopólio tecnológico detém o controle do poder político e da economia e a individualidade se transformou em estratégia de competição entre sujeitos padronizados. As mudanças na estrutura econômica da sociedade são fundamentais para a análise empreendida por Marcuse. Tais mudanças envolveram as bases materiais como um todo, mas também a definição das categorias sociais que compõem os fundamentos da organização dessa sociedade. As instituições sociais, a organização social do trabalho, as produções científicas, filosóficas e artísticas, os conteúdos da cultura e da vida privada e, no âmbito mais profundo, o pensamento humano: todas essas esferas são moldadas pela compreensão dessas categorias que permeiam e compõem essa realidade.

Um acontecimento importante para a transição da fase incipiente do capitalismo para a monopolista foi o grande desenvolvimento da indústria a partir do advento de uma nova realidade técnica, fatores que transformaram o modo de produção e a forma de administrar o trabalho, as fábricas e toda a sociedade. A discussão sobre as possibilidades que a tecnologia proporciona, assim como os problemas contidos no modo como ela é utilizada na sociedade unidimensional, é um assunto central no pensamento de Marcuse. O progresso tecnológico modificou toda a existência social do trabalhador, as ocupações e estratificações, a jornada e o ritmo do trabalho. Junto a essas questões, o padrão de vida e o poder aquisitivo dos trabalhadores melhoraram e o cotidiano deles foi preenchido por produtos tecnológicos que facilitam a vida sob diversos aspectos, além do acesso à cultura. Esse seria o cenário mais propício para a libertação humana das amarras do trabalho imbecilizante e alienado e o ser humano poderia ter, enfim, a possibilidade de usufruir do conforto e das facilidades proporcionadas pelo progresso e pela tecnologia.

Porém, o sistema capitalista vigente na era moderna tem como fundamento uma característica principal, que é a valorização da riqueza enquanto um fim em si mesmo. Isso significa que toda a riqueza socialmente produzida e todo conhecimento acumulado devem voltar-se para a finalidade de produzir mais riqueza ainda. A produtividade é, então, um valor supremo nesta sociedade, aquele que torna possível que a riqueza se reproduza sobre si

mesma. Sendo a riqueza um bem que se conquista, mas que também pode ser gerado e multiplicado socialmente através do trabalho, ela depende da forma como este é socialmente organizado. Os aspectos sociais não podem, pois, ser entendidos sem se considerar os ecos que os objetivos econômicos produzem na sociedade industrial e nos indivíduos que compõem essa sociedade. Para que esse objetivo se cumpra é preciso que esse sistema, além de dominar a natureza, domine o trabalho humano empreendido sobre a natureza e os próprios seres humanos que trabalham. Se o indivíduo e o trabalho que ele exerce não forem dominados, isto é, se as suas ações seguirem o curso livre da sua própria vontade e impulsos naturais, ele não escolherá por vontade própria dedicar a maior parte do seu tempo exercendo funções que satisfazem apenas o sistema econômico, visto que o tempo que ele tem para satisfazer a si mesmo e todas as suas necessidades privadas é quase nulo perante a jornada de trabalho socialmente determinada.

A organização da sociedade industrial avançada tem de lançar mão, então, de todos os artifícios possíveis para que o indivíduo perca a autonomia sobre a organização e usufruto do seu tempo, as atividades que realiza e, principalmente, os seus pensamentos, que possuem naturalmente a força crítica capaz de compreender a irracionalidade desse sistema. Esta é, portanto, uma sociedade autoritária, que tem de reprimir os indivíduos e submetê-los a uma existência que atende às necessidades socialmente determinadas, a fim de que ela funcione conforme o previsto pelo sistema econômico. A esfera privada da vida perde espaço para a autoridade que essa sociedade impõe aos indivíduos. Esta é interiorizada por eles através das regras morais, leis e costumes sociais, e o indivíduo torna-se, então, uma cópia do padrão de existência determinado pela sociedade unidimensional.

A totalidade da administração técnica também atinge o âmbito da cultura, que distribui em escala massiva e industrial os conteúdos que compõem as formas de lazer e entretenimento nesta sociedade e proporciona o nivelamento entre as diferentes classes sociais, que passam a conviver em um único e mesmo ambiente. De dentro das fábricas para a sociedade, as pessoas de todos os níveis sociais passam a reconciliar os seus modos de pensar, divertir-se, vestir-se, alimentar-se, suas aspirações individuais e profissionais, enfim, toda a vida passa a ser a manifestação do padrão da sociedade unidimensional. Ainda que a sociedade industrial avançada afirme ser a realização dos ideais burgueses, ela demonstra através da massificação que os indivíduos são cada vez mais atomizados. A individualidade existe apenas no sentido de que todos competem entre si para ocupar as posições de maior

prestígio social e financeiro. Não existe mais o indivíduo burguês, autônomo, racional, livre e criativo.

Se a sociedade industrial avançada não realiza os ideais burgueses, a quem ela serve, então? Àqueles que detêm o poder, que neste contexto tecnocrático são os donos do monopólio técnico e de produção de novas tecnologias. Toda essa realidade foi estruturada a partir de uma utilização específica do aparato técnico, na qual ele serve como instrumento de dominação e repressão. Isso é favorável aos tecnocratas, porque eles se enriquecem também com a produção e distribuição de mercadorias que não seriam facilmente aceitas pela população. Por isso a ideologia do consumo integrada à produção material esconde os reais motivos da guerra, isto é, a motivação econômica que faz com que, ao lado da produção de objetos que permeiam a vida cotidiana das pessoas, exista ainda e, principalmente, um mercado que cultiva a morte por meio da produção de armas, munições, mísseis, bombas atômicas e todo tipo de equipamentos e tecnologia militar direcionada para a guerra.

Ora, essa dialética se torna explosiva na civilização industrial avançada. À medida em que a sociedade domina a natureza e aumenta os recursos materiais e intelectuais de que o homem pode dispor, a dupla repressão se torna menos necessária como condição do progresso. As conquistas da técnica e a produtividade do trabalho poderiam reduzir consideravelmente a distância entre as necessidades e sua satisfação. Um mundo verdadeiramente pacificado poderia nascer, um mundo em que a vida não seria simplesmente meio para se viver, mas vida em si e para si. A repressão, contudo, continua e deve continuar, pois sem ela não haveria mais trabalho alienado; por sua vez, sem trabalho alienado não haveria mais crescimento da produtividade repressiva, que se tornou a força motriz da sociedade.⁵⁸

Em sua melhor versão, a sociedade tecnológica seria a realização de uma vida considerada utópica por muitos. Sendo este modelo de sociedade o resultado de um determinado desenvolvimento histórico, ou seja, se a repressão não é a determinação natural da sociedade nem do indivíduo, nada impede que novas formas de organização que transcendam esta realidade repressiva venham a se tornar realidade. A riqueza social necessária para isso já existe.

⁵⁸ MARCUSE, H. Da ontologia à tecnologia, p. 317-318.

Referências

- AMABLE, Bruno. (2005). *Les cinq capitalismes. Diversité des systèmes économiques et sociaux dans la mondialisation*. Paris: Éditions Seuil.
- BRIDGMAN, P. W. *The Logic of Modern Physics*. Nova York : Macmillan, 1928.
- KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é “Esclarecimento”? In: _____. *Textos seletos*. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 100-116.
- KELLNER, Douglas. Introdução à 2ª Edição. In: MARCUSE, Herbert. *O homem unidimensional*. Tradução Robespierre de Oliveira, Deborah Christina Antunes e Rafael Cordeiro Silva. São Paulo: Edipro, 2015, p. 9-30.
- MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba. São Paulo: Editora UNESP, 1999 [1964/1965], p. 47-55.
- MARCUSE, Herbert. A noção de progresso à luz da psicanálise. In: MARCUSE, Herbert. *Cultura e psicanálise*. Tradução Isabel Loureiro et all. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 112-138.
- MARCUSE, Herbert. Da ontologia à tecnologia. As tendências da sociedade industrial. Tradução João Paulo Andrade Dias. Revista *Dialectus*, ano 8, n.14, p. 310-319, julho 2019.
- MARCUSE, Herbert. *O homem unidimensional*. Tradução Robespierre de Oliveira, Deborah Christina Antunes e Rafael Cordeiro Silva. São Paulo: Edipro, 2015.
- MARCUSE, Herbert. Teoria das pulsões e Liberdade. In: MARCUSE, H.; FROMM, E.; MILLER, K. *Marcuse polêmico*. Tradução Fernando Midões e Luís H. Santos. Lisboa: Presença, 1969, p. 101-147.
- Norel Philippe, « L'émergence du capitalisme au prisme de l'histoire globale », *Actuel Marx*, 2013/1 (n° 53), p. 63-75. DOI : 10.3917/amx.053.0063. URL : <https://www.cairn.info/revue-actuel-marx-2013-1-page-63.htm>
- WALKER, Charles R. *Toward the Automatic Factory*. New Haven: Yale University Press, 1957.